



# filantropia<sup>®</sup>

## Voluntariado & Terceiro Setor

### Contabilidade

Resolução do CNAS avança na questão dos convênios filantrópicos, mas esbarra em antigas normas

### Legislação

Limitação da imunidade tributária é inconstitucional e prejudica entidades

### Captação de recursos

Falta de planejamento adequado não traz resultados e desmotiva os envolvidos

## Especial

# Lei Orgânica de Assistência Social

Artigo 3º da Loas define quem tem ou não direito ao tão cobiçado “Certificado de Filantropia”



Entrevista

## David Bornstein

Autor de elogiado trabalho sobre empreendedorismo social, jornalista destaca-se da mídia convencional por valorizar as boas notícias

# De braços dados, 2006 mais fortes!

São vários os jargões que demonstram melhor eficácia em nossas atitudes quando trabalhamos em comunhão. “A união faz a força”, “duas cabeças pensam melhor do que uma” ou “unidos venceremos” são frases simplificadas que apenas resumem a importância da vida em comunidade e que, com pensamentos e atitudes holísticas, somos capazes de trazer uma realidade individual mais saborosa.

Em nossa vida cotidiana, cada um tem responsabilidades próprias que, se aliadas à força de outro ser humano, tornam as realizações mais eficientes, rápidas e muitas vezes até mais prazerosas.

É assim em nosso trabalho, quando executamos tarefas integrados a uma equipe concorde e coesa de seus objetivos. É assim em nossa vida conjugal, quando temos no companheiro o arrimo necessário para nos sustentar nos momentos difíceis e compartilhar conosco as alegrias. É assim que se constitui e se ampara a instituição chamada Família que, para haver harmonia, deve estar unida em prol de seus costumes e crenças.

Portanto, em todo e qualquer âmbito de nossa existência, a vida em comum – a não-solitária – traz, como em um organismo vivo, uma troca de energias essencial para a humanidade, bem como para o desenvolvimento sustentável de nossa cultura e de nossos ideais.

No Terceiro Setor, a importância do trabalho em equipe é redobrada, afinal, são seres humanos unidos a fim de beneficiar outrem ou alguma causa comum. Nosso senso cognitivo, que nos difere dos demais animais, emana pelos quatro cantos do planeta, questionando sempre quais atitudes devemos tomar hoje para conquistarmos melhor vivência amanhã.

Neste ínterim, o Terceiro Setor tem se fortalecido nos últimos anos justamente por trabalhar com uma enorme sinergia, fortalecendo o setor social brasileiro e, com isso, trazendo uma realidade menos dolorosa aos nossos conterrâneos.

Que em 2006 possamos apertar ainda mais nossas mãos, estreitar nossos laços e, juntos, continuarmos a luta por um país mais digno e justo.

Desejamos a todos os leitores da **Revista Filantropia** um novo ano repleto de conquistas, alegrias e, principalmente, de boas ações.



**Marcio Zeppelini**  
Editor

“Nenhum  
homem é uma  
ilha, isolado em  
si próprio (...)  
quando os sinos  
dobram – por  
mais longe que  
estejam – também  
dobram por  
cada um de nós,  
porque a raça  
humana é um  
todo composto  
por irmãos.”

John Donne  
(poeta americano)



*Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.  
Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.*





## Corrida de Desafios

Com base no *Urban Challenge*, a Associação Desportiva para Deficientes (ADD) promoveu no dia 8 de agosto a versão brasileira da Corrida de Desafios. O objetivo era captar recursos para a entidade e promover a participação conjunta da sociedade com portadores de deficiências em eventos esportivos. Foram 71 duplas inscritas, sendo oito compostas por deficientes, que passaram por dez pontos turísticos de São Paulo, desvendaram enigmas e se locomoveram apenas por transporte público.

[www.add.org.br](http://www.add.org.br)

- 1 - Dupla de cadeirante: Celestino Suursoo e Paulo Xavier
- 2 - A dupla vencedora formada pelo deficiente visual Fernando José da Silva e o guia Luiz Henrique Mendes, que completaram a prova com o tempo de 3h 12min
- 3 - Celestino Suursoo e Paulo Xavier pegam o metrô para chegar a um ponto de checagem



## Seminário na Apae Salvador

A Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae) de Salvador recebeu nos dias 13 e 14 de outubro mais de 600 participantes para o seminário *Acessibilidade e Inclusão: Uma Promoção da Saúde, Educação e Trabalho*. Além da programação científica, composta por palestras e debates, o evento contou com apresentações artísticas, como da Cia. de Dança e Percussão Opaxorô, dos alunos do Centro Educacional e do cantor Nando Cordel.

[www.apaesalvador.org.br](http://www.apaesalvador.org.br)

Apresentação do espetáculo *Warriors*, com a Cia. de Dança e Percussão Opaxorô

## Fabricação de máquina braille no Brasil

A Laramara anunciou em agosto o projeto de fabricação da máquina braille 100% nacional, que custará aproximadamente R\$ 2 mil. Produzida apenas nos Estados Unidos pelo custo US\$ 660, a máquina é vendida no Brasil por cerca de R\$ 3.500. No dia 11 de outubro, 450 pessoas participaram da Noite Braille Brasil, em São Paulo, cuja renda foi revertida para a distribuição dos primeiros 300 equipamentos. A fábrica é pioneira na América Latina e foi montada nas dependências da entidade, no centro da capital paulista.

[www.laramara.org.br](http://www.laramara.org.br)



## Zeppelini lança Revista Eficiência

A Zeppelini Editorial, que edita a *Revista Filantropia*, lançou em novembro a edição inaugural de sua mais nova publicação: a *Revista Eficiência*, voltada para a qualidade de vida e inclusão social de portadores de deficiências físicas, auditivas, visuais e mentais. O projeto foi desenvolvido em parceria com a organização não-governamental Instituto Parceiros da Vida de Comunicação & Responsabilidade Social Empresarial e conta com o patrocínio do Grupo Schincariol. Além de matérias informativas sobre programas culturais e de entretenimento, a *Revista Eficiência* contará com reportagens e artigos escritos ou conduzidos por especialistas em diversas áreas da Medicina, Fisioterapia, Psicologia, Direito, Recursos Humanos, entre outras.

Central do Assinante: (11) 3124-3005  
[eficiencia@zeppelini.com.br](mailto:eficiencia@zeppelini.com.br)

Apresentação de dança emocionou os presentes na festa de lançamento da revista



## Debate sobre o ensino superior

A Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) promoveu, no dia 29 de outubro, o Dia Nacional da Livre Iniciativa: Compromisso Social do Ensino Superior Particular. No total, 168 instituições de ensino superior dos 21 estados brasileiros e Distrito Federal realizaram ações sociais, culturais, pedagógicas, de saúde, de inclusão social e capacitação, totalizando 1.742 projetos de extensão curricular. O objetivo foi mostrar os numerosos serviços prestados à sociedade brasileira pelo setor privado da educação superior.

[www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br)

## Milhões de jovens pobres sob ameaça de HIV

Ao todo são 1,2 bilhão de jovens no mundo (18% da população), porém, mais de 200 milhões vivem com menos de US\$ 1 por dia, 130 milhões são analfabetos e 88 milhões, desempregados. Os dados do Programa das Nações Unidas para a Juventude, divulgados dia 4 de outubro no Relatório Mundial sobre a Juventude 2005 – os Jovens Hoje e em 2015, ainda mostram que eles são extremamente vulneráveis à epidemia da Aids. Dez milhões já têm a doença e 50% das novas infecções por HIV devem os atingir.

[www.un.org/youth](http://www.un.org/youth)

## Jovens noruegueses em campanha pelo Brasil

Em 27 de outubro, cerca de 120 mil jovens noruegueses do ensino médio e fundamental participaram da 39ª Operação Um Dia de Trabalho (OD). Eles trabalharam o dia inteiro para arrecadar dinheiro em uma iniciativa contra o tráfico de seres humanos no Brasil, problema que também envolve a Noruega. O dinheiro arrecadado será distribuído para cinco ONGs brasileiras, por meio da organização Ajuda da Igreja Norueguesa, que é parceira da OD este ano. Esta é a quarta vez que os fundos são destinados ao Brasil.

[www.noruega.org.br/OD](http://www.noruega.org.br/OD)



Jovens noruegueses e brasileiros durante a campanha na Noruega

## 1º Congresso de Reabilitação da Avape

A Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape) realizou entre os dias 24 e 26 de outubro, em São Paulo, o I Congresso Internacional Avape de Reabilitação e Inclusão, que recebeu em média 500 pessoas por dia. O fórum atraiu profissionais que atuam nas áreas de gestão de organizações sociais, responsabilidade social e reabilitação de pessoas com deficiências. No evento, a Avape fechou acordos com nove instituições internacionais e assinou um termo de cooperação com o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG).

[www.avape.org.br](http://www.avape.org.br)

## Consumidor prestigia empresas responsáveis

A pesquisa Consumidores Conscientes: o que pensam e como agem, anunciada pelo Instituto Akatu pelo Consumo Consciente, no dia 14 de setembro, revelou que os brasileiros que apresentam maior grau de consciência em seus hábitos de consumo são mais ativos em prestigiar empresas que praticam a responsabilidade social do que em punir aquelas que não são socialmente responsáveis. A pesquisa ouviu 600 consumidores comprometidos e conscientes de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte.

[www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br)



Na mesa: Dirk Hegmanns, coordenador do UNV no Brasil, André Carvalho, diretor-geral do UNV, e Douglas Evangelista, diretor regional do UNV para América Latina, Caribe e Países Árabes



## Objetivos do Milênio na prática

Começou no dia 1º de outubro a campanha de mobilização do projeto Levar os Objetivos do Milênio para a Comunidade, que a ONG Natal Voluntários, o Programa das Nações Unidas (UNV) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) estão implementando em Natal (RN). O propósito é mobilizar toda a sociedade potiguar para se engajar no alcance dos Objetivos do Milênio no Rio Grande do Norte.

[www.natalvoluntarios.org.br](http://www.natalvoluntarios.org.br)

Susana Feria de Campanella, *chairperson* da região Saca (América do Sul e Central), da Federação Internacional de Diabetes (IDF); Sussumu Niyama, presidente da ADJ; a cantora Ana Carolina; Sérgio Metzger, diretor da ADJ; e Obdulio Enrique Campanella, marido de Susana

## ADJ promove Show para Vida

A cantora Ana Carolina e sua banda apresentaram no dia 8 de novembro, em São Paulo, o Show para Vida, em prol dos projetos da Associação de Diabetes Juvenil (ADJ). O evento também marcou o lançamento do ADJ Móvel, unidade móvel da entidade, além de antecipar as comemorações pelo Dia Mundial do Diabetes, celebrado no dia 14 do mesmo mês.

[www.adj.org.br](http://www.adj.org.br)

ADJ Móvel, o novo instrumento de educação que entrará em circulação em 2006



## Direitos e deveres do deficiente auditivo

Em 12 de novembro, cerca de 400 deficientes auditivos compareceram ao campus das Faculdades Integradas Rio Branco para a Pré-Conferência dos Direitos e Cidadania dos Surdos do Estado de São Paulo (Condicisur). O evento abordou os principais temas que serão apresentados em março de 2006, durante a II Condicisur, como política educacional, a família, a cultura surda, a comunicação, a vida social e os direitos e deveres do surdo enquanto cidadão.

[www.frsp.g12.br](http://www.frsp.g12.br)



PRISCILA SEABRA

Participação de Dalva, instrutora da Escola Especial para Crianças Surdas (EECS) da Fundação de Rotarianos de São Paulo

## Encontro Paulista de Fundações

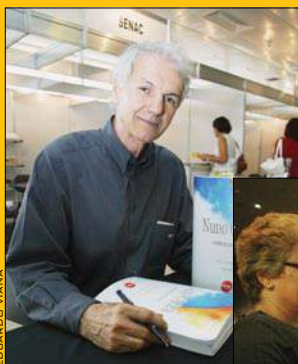
A Associação Paulista de Fundações (APF) realizou em 24 de setembro o 1º Encontro Paulista de Fundações, no auditório do Colégio Rio Branco. Entre os convidados estava o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal José Carlos Moreira Alves, que proferiu uma palestra sobre a conscientização do verdadeiro papel das entidades e o trabalho que realizam no âmbito do Terceiro Setor. Também foi montado um grupo de discussão sobre a motivação das fundações, a especificidade de sua natureza, as dificuldades que enfrentam e as possibilidades de apoio.

[www.apf.org.br](http://www.apf.org.br)

Ex-ministro José Carlos Moreira Alves e Dora Silvia Cunha Bueno, presidente da APF



DIVULGAÇÃO



Nuno Cobra autografa o livro *A Semente da Vitória*, primeira publicação em braille da Editora Senac São Paulo, que tem o apoio da Fundação Dorina Nowill

EDUARDO VIANA

Deficientes visuais acompanham as palestras



EDUARDO VIANA

## Inclusão do deficiente visual

O Centro Universitário Senac, em São Paulo, recebeu o IV Senabraille – Seminário Nacional de Bibliotecas Braille entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro. O evento reuniu mais de 500 especialistas nacionais e internacionais que debateram os desafios para a inclusão do deficiente visual. O seminário contou com a presença de representantes da Force Foundation, entidade holandesa que atua na área, e da The World Intellectual Property Organization (Wipo), da Suíça.

[www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br)

## Dia Mundial de Combate à Aids

Diversas manifestações sociais em todo o país marcaram o Dia Mundial de Combate à Aids, em 1º de dezembro. A prefeitura de Guarulhos promoveu ações artísticas e esportivas, palestras educativas, distribuição de preservativos e testes de HIV. Em São Paulo, o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto – Rede Tecer o Futuro realizou o I Seminário pelo Dia Mundial de Luta contra a Aids, com o apoio do Unicef. Ainda na capital paulista, a Aguilha Saúde Brasil contemplou os vencedores do 2º Prêmio Aids&Responsabilidade Social Saúde Brasil, um concurso nacional de estímulo aos projetos sociais de combate ao HIV/Aids. São eles: Centro de Educação para a Saúde (CES), de Santo André (SP); Associação de Educação para a Vida (Assev), de Vitória da Conquista (BA); e Centro de Convivência “É de Lei”, de São Paulo.

[www.saudebrasilnet.com.br](http://www.saudebrasilnet.com.br)

Representantes das entidades vencedoras do 2º Prêmio Aids&Responsabilidade Social Saúde Brasil



JAIR MAGRI

Abertura do ciclo de palestras promovido pela prefeitura de Guarulhos com representantes governamentais e de entidades sociais



SIDNEI BARRIOS/IMG

## Dia Internacional do Voluntário

No dia 5 de dezembro foi celebrado o Dia Internacional do Voluntário. Em Natal (RS), o encontro O Fortalecimento do Terceiro Setor por meio do Voluntariado Comunitário, promovido pela Natal Voluntários, reuniu organizações sociais e empresas para discutir o tema. Na véspera, dia 4 de dezembro, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) celebrou o Dia V, decretado como o Dia Estadual do Voluntariado. Foi o maior evento de ação voluntária do país, com 665 comitês, 3.086 ações em 129 cidades e 398.531 pessoas beneficiadas. Funcionários da Companhia Vale do Rio Doce também realizaram na véspera o seu Dia V, com atividades comunitárias em oito estados. Mais de 7 mil voluntários, entre empregados e amigos, participaram de 280 ações sociais em 37 cidades, beneficiando cerca de 51 mil pessoas.



Mônica Mac Dowell, presidente da Natal Voluntários, apresenta as ações da entidade em voluntariado comunitário

- [www.natalvoluntarios.org.br](http://www.natalvoluntarios.org.br)
- [www.cvr.com.br](http://www.cvr.com.br)
- [www.fiemg.com.br](http://www.fiemg.com.br)

## Apoio na elaboração de relatórios de sustentabilidade

A Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), o Instituto Ethos e a Fundação Getúlio Vargas assinaram no dia 8 de dezembro, em São Paulo, um termo de cooperação para difundir no Brasil as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). A ONG internacional, com sede na Holanda, tem como missão desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. A proposta é formar um grupo de estudos para elevar o entendimento sobre a elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI no país.



Rubens Mazon, coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV, Ricardo Young Silva, presidente do Instituto Ethos, e Paulo Nassar, diretor-presidente da Aberje

- [www.aberje.com.br](http://www.aberje.com.br)
- [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)
- [www.fgv.br](http://www.fgv.br)

## Prêmio ECO 2005

A Câmara Americana de Comércio (Ancham) contemplou no dia 9 de novembro, em São Paulo, os 13 vencedores da 23ª edição do Prêmio ECO, tradicional prêmio de reconhecimento às empresas comprometidas com os princípios e práticas da cidadania empresarial e do desenvolvimento sustentável. No total, 74 empresas concorreram com 90 trabalhos. A cerimônia contou com a presença de Gro Harlem Brundtland, ex-primeira ministra da Noruega. Os vencedores de 2005 são: Klabin S/A, Alphaville Urbanismo S/A, Grupo Eco, Volkswagen, Brasilprev, Natura Cosméticos, Novelis do Brasil, Pioneer Sementes Ltda., Pioneer Sementes Ltda. – Centro de Pesquisa, Banco Itaú Holding Financeira, Fundação Cargill, BSF Engenharia e Projeto Terra Ltda.

- [www.amcham.com.br](http://www.amcham.com.br)

Apresentação da ex-primeira ministra da Noruega, considerada uma das principais lideranças mundiais pelo desenvolvimento sustentável e da saúde pública



## Campanha da Fraternidade 2006

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou no dia 6 de dezembro o texto-base da Campanha da Fraternidade 2006. O tema do próximo ano será Fraternidade e pessoas com deficiência, e o lema, Levanta-te e vem para o meio.

- [www.cnbb.org.br](http://www.cnbb.org.br)

## Manifesto das Santas Casas

No dia 18 de outubro, teve início o Movimento Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, um protestos das instituições de todo país contra o reajuste na tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste dia, funcionários de unidades de todo o país fizeram uma paralisação por 24 horas, atendendo apenas os casos graves.

- [www.fesehf.org.br](http://www.fesehf.org.br)

## Entidades de Goiás debatem o setor

A cidade de Pirenópolis sediou, nos dias 29 e 30 de setembro, o 9º Encontro de Fundações de Goiás. Promovido pela Federação das Fundações de Goiás (Funpego), em parceria com a Curadoria de Fundações e Associações de Anápolis, órgão do Ministério Público do Estado de Goiás, o evento recebeu cerca de 200 pessoas e discutiu o papel das fundações no contexto social.

- [www.funpego.org.br](http://www.funpego.org.br)

## Índice de Sustentabilidade Empresarial

Entrou em vigor no dia 1º de dezembro o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que a Bovespa lançou durante a II Conferência Internacional sobre Finanças Sustentáveis em Mercados Emergentes – evento produzido em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da FGV e o International Finance Corporation (IFC), em São Paulo. O ISE foi formulado com base no conceito internacional *Triple Bottom Line* (TBL) que avalia, de forma integrada, dimensões econômico-financeiras, sociais e ambientais das empresas.

- [www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

## Criando iniciativas sociais

O Instituto Fonte realizou nos dias 4 e 7 de outubro o seminário Criando Iniciativas Sociais, dentro do programa Iniciativas Sociais e Desenvolvimento – a arte de empreender e transformar. Fechado para apenas 25 participantes, os encontros têm como objetivo apoiar e preparar líderes para práticas mais efetivas de intervenção social. O próximo seminário será entre os dias 11 e 14 de abril de 2006.

- [www.fonte.org.br](http://www.fonte.org.br)

# David Bornstein

*Jornalista canadense mostra em livro exemplos bem-sucedidos de empreendedores sociais: empresários do bem capazes de resolver problemas sociais e transformar situações adversas com criatividade*

ELAINE IORIO

David Bornstein tinha tudo para ser uma pessoa comum. Nasceu e criou-se em Montreal, no Canadá, cursou Administração na Universidade McGill e trabalhou como analista de sistemas. Seu grande sonho era ser um homem muito rico e comprar um Jaguar.

Mas, de uma hora para outra, seus objetivos de vida perderam o sentido. Sem saber ao certo que caminho seguir, colocou uma mochila nas costas e viajou pelo mundo. Visitou países da Ásia e do sul do Pacífico e, ao voltar, sentiu a necessidade de escrever sobre tudo o que vivenciara.

Mudou-se para os Estados Unidos e foi estudar Jornalismo na Universidade de Nova York. Atuou por cinco anos como *freelancer* em publicações americanas e européias, cobrindo pautas políticas e policiais, até conhecer uma experiência asiática que estava mudando a vida de milhões de pessoas.

Em Bangladesh, Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen, havia desenvolvido um sistema de micro-crédito que oferecia empréstimos para a classe mais pobre da população. Com o dinheiro, as pessoas tinham a oportunidade de incrementar seus trabalhos e aumentar a renda – história contada por David em seu primeiro livro: *O preço de um sonho: A história do Banco Grameen (The price of a dream: The story of the Grameen Bank)*.

Naquele momento, David descobriu que o mundo não era feito apenas de problemas, mas que havia também boas notícias a se contar. E essa era sua verdadeira vocação.

Incentivado pela busca de experiências semelhantes, ele conheceu Bill Drayton, fundador da Ashoka Empreendedores Sociais. Usando a rede internacional como ponto de partida, entrevistou pessoalmente mais de cem empreendedores sociais em oito países, inclusive no Brasil. As histórias de maior impacto social estão no livro *Como mudar o mundo – Empreendedores sociais e o poder das novas idéias (How to change the world – Social entrepreneurs and the power of new ideas)*, considerado o trabalho mais importante sobre empreendedorismo social.

Em entrevista por e-mail à Revista Filantropia, David relembra os cinco anos de pesquisa e conta os detalhes da obra, que acaba de chegar ao Brasil pela Editora Record.



DIVULGAÇÃO

Autor do livro  
*Como mudar o mundo*



**Revista Filantropia:** *Você desenvolve alguma atividade social em sua vida pessoal?*

**David Bornstein:** Sim, faço muitos trabalhos em organizações, ajudando-as a pensar estrategicamente e a fazer contatos para conseguir financiamento e atenção da mídia. Gosto muito de fazer isso, de ajudar pessoas que têm potencial para fazer algo especial para o bem do povo.

**Filantropia:** *Quando e como você realmente começou a se dedicar à área social?*

**DB:** Comecei a escrever sobre mudanças e inovações sociais em 1992, quando fui a Bangladesh pela primeira vez para estudar o Banco Grameen. Naturalmente, uma pessoa não pode saber tudo. Mas para o segundo livro, passei cinco anos pesquisando mais de cem empresários sociais em oito países.

**Filantropia:** *O que o incentivou a escrever Como mudar o mundo?*

**DB:** Eu fiquei fascinado e inspirado com o trabalho de empresários sociais que conheci no Brasil, em Bangladesh, e em outros países, que estavam resolvendo problemas sociais em larga escala. A maioria dessas histórias dificilmente era mostrada nos jornais. Eu percebi que o empreendedorismo social era um ramo que estava crescendo rapidamente e que merecia muito mais atenção da mídia, dos governantes, dos acadêmicos e dos financiadores. Então, me senti compelido a escrever o livro de histórias para mostrar, de maneira divertida e informativa, a beleza do empreendedorismo social.

**Filantropia:** *Você costuma comparar empreendedores sociais com empresários. Quais as semelhanças e diferenças entre eles?*

**DB:** Em termos de personalidade, a maneira como pensam sobre os problemas e como usam a criatividade para utilizar os recursos, sua determinação para tornar os sonhos reais são características muito parecidas com os empreendedores de negócio. A diferença é que os empreendedores sociais são levados a criar organizações que primeiramente criam o social, para depois pensar no econômico. Eles resolvem problemas, como aliviar a pobreza, manter a saúde das crianças, ajudar as pessoas com deficiência a viverem uma vida mais agradável. Então, eles têm os mesmos tipos de habilidades de um homem de negócios, mas sua motivação é profundamente baseada na preocupação ética. Uma necessidade de ajudar as pessoas de modo sistemático e de espalhar suas idéias pela sociedade.

**Filantropia:** *Como foi o processo de pesquisa para o livro?*

**DB:** Eu entrevistei centenas de pessoas em oito países: Brasil, Hungria, Polônia, África do Sul, Índia, Bangladesh, Estados Unidos e Canadá. Foram muitos meses de viagem, incluindo três ao Brasil. Todas as histórias do livro são baseadas em conversas diretas e observações de pessoas que fazem o trabalho de fato, que vão a campo.

**Filantropia:** *Entre tantos exemplos, como você escolheu as histórias que fazem parte do livro?*

**DB:** Eu escolhi uma variedade de histórias baseadas no impacto, no tipo de problema (saúde, deficiência, pobreza, meio ambiente etc.), a qualidade da história do empreendedor social, o tempo que tinham para se dedicar às entrevistas e as qualidades intelectuais e emocionais combinadas.

**Filantropia:** *Durante o processo de pesquisa, qual idéia social que mais lhe atraiu?*

**DB:** É difícil dizer, mas fiquei emocionado com a história de Erszebet Szekeres, da Hungria, que trabalhou incansavelmente para garantir que seu filho, Tibor, que tem deficiências sérias, pudesse viver uma vida feliz. Fazendo isso, ela criou oportunidades para muitas outras pessoas com deficiência e desafiou o sistema a se tornar mais humano.

**Filantropia:** *Seu livro é considerado pela crítica internacional como o trabalho mais importante publicado sobre empreendedorismo social. Na sua opinião, qual é o motivo desse sucesso?*

**DB:** Há pouquíssimas obras sobre o assunto, mas meu livro é de escopo global, baseado em informações amplas, em primeira mão, e de excelentes exemplos. Todas as informações do livro foram checadas para garantir a exatidão. Além disso, o livro combina o ato de contar histórias e de analisá-las, o que faz com que, na minha opinião, se torne mais acessível a muitas pessoas.

**Filantropia:** *Como você chegou aos empreendedores brasileiros? Comente sobre alguns deles.*

**DB:** Eu os identifiquei por meio da parceria com a Ashoka, que possui muitos parceiros no Brasil. Os dois empreendedores em que foquei foram Vera Cordeiro e Fábio Rosa. A Vera fundou a Associação Saúde Criança Renascer, em 1991, no Hospital

**O Brasil tem um setor empreendedor social animador, com alguns dos melhores empreendedores do mundo. Se eles receberem o apoio que precisam de empresas, doadores e do governo, vão ajudar no avanço de mudanças importantes no Brasil na próxima década**



O agrônomo Fábio Rosa, do Rio Grande do Sul, é criador de um projeto de eletrificação rural de baixo custo e foi um dos cem empreendedores entrevistados por David



Público de Lagoa, Rio de Janeiro. O objetivo da entidade é oferecer assistência em casos de emergência a crianças doentes de famílias de baixa renda, durante e imediatamente após a internação. Centenas de crianças se internam em hospitais públicos por mês e muitas vivem em extrema pobreza. Fatores ligados a condições econômicas, domésticas, psicológicas e sociais criam fardos insuportáveis para essas crianças e suas famílias. E, naturalmente, essas condições adversas inibem a recuperação da criança e garantem repetidas visitas ao hospital. A Renascer procura quebrar esse círculo vicioso ao fornecer às famílias o mínimo de apoio material e psicológico necessário para a recuperação em casa ou, pelo menos, para minimizar o sofrimento do paciente. Desde o início, a Renascer foi duplicada para 14 hospitais públicos do Rio de Janeiro e de duas outras cidades, assistindo 20 mil crianças. A organização está desenvolvendo um modelo, em que Vera está trabalhando, para ser reproduzido em outros hospitais públicos do Brasil.

Fábio Rosa trabalha há anos para fornecer eletricidade a baixo custo para pessoas pobres do Brasil, onde 20 milhões de cidadãos ainda não têm energia. Nos anos 80 e 90, Rosa desenvolveu um sistema de distribuição elétrica monofásico (que utiliza um fio em vez de três), 95% mais barato que o modelo de distribuição do governo, e passou duas décadas lutando com companhias elétricas para espalhar seu sistema. Hoje, o modelo criado por ele atinge mais de um milhão de brasileiros. Depois de tantas frustrações ao lidar com a burocracia do governo, Rosa decidiu abrir uma empresa inovadora, para

levar energia solar aos moradores rurais do país. Ele sabia que os brasileiros pobres não podiam pagar pela energia solar, já que os painéis são muito caros. Ao fazer uma pesquisa de mercado, ele descobriu que as pessoas gastavam US\$ 13 por mês com velas, baterias e querosene. Rosa viu que estava indo pelo caminho errado, tentando vender os painéis. Um painel solar, com boa manutenção, pode durar até 25 anos, mas por que pedir para as pessoas pobres pagarem antecipadamente por 25 anos de eletricidade? Elas deveriam pagar conforme forem usando, como a comida. Então, ele percebeu que alugar os painéis solares por US\$ 13 ao mês poderia ser um ótimo negócio.

Rosa se aproximou de alguns moradores e disse: “Em vez de gastar com velas, querosene e baterias, por que vocês não me pagam US\$ 13 por mês e eu instalarei painéis solares e equipamentos de eletricidade? Vocês terão luz melhor, suas casas não ficarão muito quentes à noite e as crianças não terão de inalar a fumaça das lâmpadas de querosene”. As pessoas gostaram da ideia e, então, Rosa lançou seu negócio de aluguel com o nome O sol brilha para todos. Ele também criou a ONG Ideas [Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto-Sustentabilidade], que fornece eletricidade e serviços a taxas baixas para famílias muito pobres que gastam menos de US\$ 10 por mês em energia. Nos últimos 2 anos, ele começou a captar investimento e a construir uma rede de eletricitistas para instalar e manter os sistemas solares elétricos. Seu alvo de mercado inicial são mil casas. As 200 primeiras já estão funcionando em fase de teste.

**Filantropia: Qual sua visão sobre o setor social brasileiro?**

**DB:** O Brasil tem um setor social animador, com alguns dos melhores empreendedores do mundo. Junto com a Índia e os Estados Unidos, o Brasil provavelmente é o país que tem os empreendedores sociais mais dinâmicos. Se eles receberem o apoio que precisam de empresas, doadores e do governo, vão ajudar no avanço de mudanças importantes no Brasil na próxima década.

**Filantropia: Qual é a missão do empreendedor social no cenário atual, no qual milhões de pessoas passam fome enquanto um pequeno grupo de privilegiados nem sequer toma conhecimento dos problemas alheios?**

**DB:** Há muitos papéis para o empreendedor social. Nós precisamos de novas instituições para aliviar a pobreza de maneira mais eficaz, construir pontes com a economia, melhorar os sistemas educacional e de saúde, que forneçam informações para ajudar as pessoas a entender a natureza da pobreza e que ajudem a manter o governo mais responsável para todos da sociedade. Resumindo, o papel do empreendedor social é desenvolver um largo conjunto de diferentes soluções e construir instituições que tornem essas soluções reais, além de as fazer crescer.

**Filantropia: Como as empresas e o governo podem contribuir para esse movimento social? Quais as vantagens para ambos?**

**DB:** As empresas podem colaborar de várias maneiras: ao apoiar as organizações, procurar acordos híbridos com empresas que sejam criativas e trabalhem com empreendedores sociais, a fim de chamar a atenção

Vera Cordeiro é a idealizadora da Fundação Renascer, que oferece assistência em tratamento hospitalar a crianças de famílias de baixa renda




para as necessidades sociais, como moradia, nutrição e saúde. As empresas também podem compartilhar conhecimento sobre como administrar organizações eficazes. Já o governo deveria olhar os empreendedores sociais como uma fonte de novas idéias políticas – melhores maneiras de resolver problemas sociais –, e deveriam formar parcerias para aumentar soluções que dão certo.

**Filantropia: Qualquer pessoa pode ser um empreendedor social? Quais são os requisitos básicos?**

**DB:** Todos podem ser empreendedores sociais de alguma maneira. É claro que nem todos podem construir uma grande organização, e nem todo mundo iria querer isso. Mas todos podem usar sua energia e voz para responder às necessidades sociais a sua volta, e desafiar o *status quo*. O principal do empreendedorismo social é a falta de vontade em aceitar o mundo como ele é. É uma posição desafiante: dizer que algo está errado e que eu posso fazer algo para mudar a situação. Quem tentar fazer algo novo, mesmo em pequena escala, muda o mundo, e descobre que ele muda a si próprio no processo.

**Filantropia: O trabalho de elaboração do livro, as viagens, o contato com outros povos, culturas, políticas e economias mudaram a sua visão sobre o mundo?**

**DB:** Muito. Eu agora vejo a história escondida do mundo – esse vasto panorama de inovação social e ingenuidade. O que eu vi nos últimos cinco anos eu não teria visto se lesse os jornais todos os dias por 20 anos. Se você assiste ao noticiário, sua cabeça fica cheia de histórias de crimes, política, corrupção, terrorismo. Você nunca iria saber sobre as mudanças sociais que estão transformando o mundo, afetando milhões de vidas. Há muito mais empreendedores sociais do que terroristas. Hoje, minha cabeça está repleta de histórias de pessoas pelo mundo que avançam para mudanças positivas e poderosas. Como resultado, eu tenho mais fé de que a transformação é possível. Eu também percebi que apenas uma pessoa pode fazer a diferença, e isso tem me ajudado a descobrir minha própria capacidade de efetivar mudanças. 

Tradução: Thaís Mendes

## Como mudar o mundo – Empreendedores sociais e o poder das novas idéias

(How to change the world – Social entrepreneurs and the power of new ideas)  
David Bornstein  
Tradução de Alexandre Raposo e Maria Beatriz Medina  
Editora Record  
406 págs., R\$ 49,50

[www.record.com.br](http://www.record.com.br)

[www.howtochangetheworld.org](http://www.howtochangetheworld.org)



## Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade (Ideas)

[www.ideaas.org.br](http://www.ideaas.org.br)

## Associação Saúde Criança Renascer

[www.saude-crianca.org.br](http://www.saude-crianca.org.br)



Para fazer o bem, conte com a luz da experiência.

A Synergia está ao seu lado na busca pelo desenvolvimento sustentável, assessorando as ações filantrópicas desde as atividades mais intrínsecas até a captação de recursos.

 **SYNERGIA**  
Consultoria e Assessoria para o Terceiro Setor

[www.synergiaconsult.com.br](http://www.synergiaconsult.com.br)  
[synergia@synergiaconsult.com.br](mailto:synergia@synergiaconsult.com.br)

# Responsabilidade social empresarial X Cidadania corporativa

*Embora considerados sinônimos por muitos, conceitos são distintos*

FERNANDO CREDIDIO

fernando.credidio@parceirosdavidia.org

Em artigos anteriores, abordei conceitos que envolvem a responsabilidade social empresarial e suas diferentes vertentes. Nesta edição, tratarei de um tema tão ou mais complexo e polêmico que os que foram discutidos em outras oportunidades: o significado de responsabilidade social empresarial (RSE) e de cidadania corporativa.

Para muitos, que não atentam para o real significado de cidadania, ambos os termos são idênticos. Para os mais observadores, entretanto, os conceitos são, certamente, distintos. Cidadania nos dicionários Aurélio e Michaelis é explicada como qualidade ou estado de cidadão. O que isso quer dizer? Que ser cidadão, além de habitar uma determinada cidade ou comunidade, e mais do que gozar dos direitos civis e políticos do Estado ou no desempenho de seus deveres para com este, implica, principalmente, em colocar os interesses da humanidade acima dos da pátria e, sobretudo, de seus próprios.

Outra interessante definição de cidadania é formulada pelo advogado e presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, que a expressa como status jurídico e político mediante o qual o cidadão adquire direitos civis, políticos e sociais; e deveres (pagar impostos, votar, cumprir as leis) relativos à coletividade política, além da possibilidade de participar na vida coletiva do Estado. Concordo com os dois enunciados.

Em que contexto estaria então a responsabilidade social, seja individual ou relacionada às empresas? Para mim, ela se encontra em um degrau acima. Além da condição cidadã, necessária e obrigatória, a responsabilidade social exige outros comportamentos como altruísmo, abnegação, desprendimento e acentuada visão de futuro, privilegiando o planeta e as futuras gerações.

Onde fica a ética, então, nesse contexto? Entendo que ética e responsabilidade social não têm nenhuma ligação direta. A ética é condição indispensável na vida de qualquer

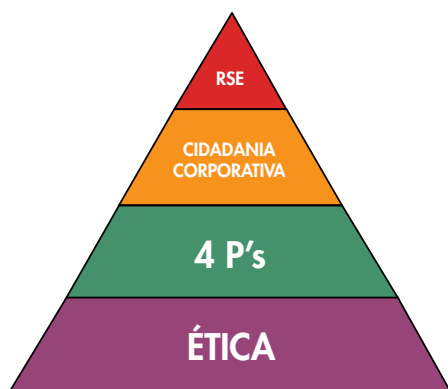
empresa ou indivíduo. Se ela não estiver presente, jamais se chegará à condição de socialmente responsáveis, seja na pessoa física ou na jurídica. Ou seja, a palavra ética não comporta adjetivos. Assim sendo, não existe uma empresa meio-ética, da mesma forma que não existem mulheres meio-grávidas. Ou está grávida ou não está. Ou é ético ou não é.

Imagine um triângulo (veja figura ao lado). Não por acaso, a ética foi colocada na base da figura, porque é ela que a sustenta. Do mesmo modo acontece com empresas e indivíduos. A ética é quem dá subsídio a todas as atividades individuais e corporativas, constituindo-se em um elemento primordial para o levantamento, a manutenção e o reconhecimento de organizações e pessoas.

Logo acima da ética vêm os quatro componentes principais para a manutenção de uma empresa no mercado: os famosos “4Ps do Marketing” que, embora não tenham sido criados por Philip Kotler – um dos principais estudiosos e autores do assunto –, foram consagrados por ele no mundo corporativo.

O que significam os “4Ps”? Produto, preço, promoção. Grosso modo, se um produto não tiver qualidade, não estiver ao alcance dos consumidores, o preço não for compatível com os valores praticados pela concorrência e, por fim, não se tornar conhecido por seu público-alvo, ele simplesmente não sobreviverá no mercado. Logo, discordo quando relacionam esses aspectos a atributos de responsabilidade social empresarial. Ora, se um produto não tiver tais prerrogativas, será, sem dúvida, “engolido” pela concorrência. Dessa forma, proponho que os “4Ps” estejam posicionados em um segundo degrau, logo após a ética.

O terceiro degrau seria o da cidadania. Quando uma companhia é ética e atende aos requisitos dos “4Ps”, pode se arvorar em se tornar uma empresa cidadã, aquela que trata bem seus colaboradores, que não polui o meio ambiente, que apóia projetos sociais das comunidades onde está presente etc.



Elementos fundamentais no contexto empresarial

Alguns estarão se perguntando se essas condições não são relativas a empresas que se dizem socialmente responsáveis. Não! Costuma-se confundir com muita frequência ambas as situações. Em minhas palestras costumo fazer duas analogias para justificar esse posicionamento. Eu tenho um cachorrinho da raça Lhasa-apso. Quando ele é levado para seus passeios matinal e vespertino por minha secretária doméstica, ela leva consigo sacolas de lixo e uma bisnaga contendo água e desinfetante, para recolher os dejetos e lavar a urina que o Toby – este é o nome dele – despeja nos postes e muros vizinhos. Ela está sendo socialmente responsável com esse ato? Não. Ela está exercendo uma atitude cidadã, pois ao meu cão nunca foi dado o direito de sujar as ruas, podendo, inclusive, ser agente de doenças.


Contudo, se a minha secretária passar a recolher os dejetos de outros cães, ela estará sendo socialmente responsável nesse ato, pois irá além da sua obrigação, fazendo o que outros deveriam ter feito.

Traspassando o exemplo para outro que envolve empresas, imaginemos uma indústria

que, para fabricar seus produtos, utiliza um rio que passa no seu entorno, poluindo-o. Após algum tempo, mediante pressão da sociedade, governos e ONGs ambientalistas, a empresa resolve despoluir as águas. Ela foi socialmente responsável? Não, pois a ela nunca foi dado o direito de contaminar o meio ambiente. Repensando a situação, ela tomou apenas e tão somente uma atitude cidadã. Se, por outro lado, uma empresa situada ao lado dessa indústria, que nunca poluiu aquelas águas, se dispôr a implementar ou apoiar um projeto que vise recuperá-las, estaremos, então, diante de uma organização que adotou uma medida socialmente responsável.

Com esses dois exemplos, entendo que a responsabilidade social é o quarto e último degrau a ser galgado por uma organização. Se a compararmos a um iceberg, a RSE é a sua parte visível, porque são as atividades que diferenciam uma empresa da outra hoje em dia. No entanto, as corporações só podem se valer dessa condição após fazerem sua “lição de casa”, ou seja, depois de terem cumprido outras condições prioritárias.

Uma empresa somente pode se candidatar a ser socialmente responsável quando não houver nenhuma dúvida por parte de seus stakeholders com relação às suas obrigações.

Se uma corporação conseguir ser referência em responsabilidade social em seu setor de atuação, já terá feito muito. Por conta disso não compreendo o desespero de algumas empresas em se mostrarem socialmente responsáveis. Na verdade, elas estão sendo vítimas das próprias promoções, uma vez que a sociedade se encontra bem mais informada e cada vez menos se deixa enganar por discursos efêmeros, que pouco contribuem para a equidade social. 

**Fernando Credidio.** Presidente-executivo do Instituto Parceiros da Vida de Com. & Resp. Social Empresarial, coordena a disciplina Estratégias de Comunicação para o Marketing Cultural e a Cidadania Corporativa na Faculdade Cásper Líbero e Universidade da Flórida, e o curso Management in Social Responsibility.



### Sadia implanta atendimento telefônico para deficientes auditivos

A Sadia será a primeira empresa de alimentos da América Latina a se comunicar diretamente com os deficientes auditivos, comunidade que reúne mais de 1 milhão de brasileiros. “A Sadia quer aprimorar sempre seu atendimento para todos os públicos. Por isso fomos a primeira empresa alimentícia a implantar, em 2000, informações em braille nas embalagens de cartucho para auxiliar os deficientes visuais e, agora, também estamos sendo pioneiros no atendimento aos deficientes auditivos”, diz Gilberto Xandó, diretor-comercial de Mercado Interno da Sadia. O projeto da Sadia nasce no mês em que é comemorado o Dia Nacional do Surdo (26/9), quando são lembradas as lutas dos deficientes auditivos por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde, dignidade e cidadania, mostrando que a companhia realmente se preocupa com os seus consumidores.

### Portobello inicia segunda turma do Projeto Pescar

A Portobello, primeira empresa do setor cerâmico a engajar-se no Projeto Pescar, um

sistema de franquia social que tem por objetivo a capacitação de jovens de baixa renda, iniciou no dia 19 de setembro, as aulas da segunda turma do curso de eletromecânica. São 23 alunos, entre 16 e 18 anos, moradores da cidade de Tijucas (SC). A iniciativa terá duração de 11 meses e as aulas serão ministradas na unidade do Senai, que fica dentro da própria empresa, e que, inclusive, conta com uma minifábrica, onde os alunos podem colocar em prática os conhecimentos teóricos recebidos. A primeira turma da Portobello no Projeto Pescar, com 15 estudantes, formou-se em julho de 2005. A maioria dos alunos já conquistou seu primeiro emprego.

### Solidariedade em ação

Para contribuir na construção da cidadania e preservação do meio ambiente na região oeste da Grande São Paulo, a incorporadora Tamboré S/A iniciou as atividades do Instituto Tamboré. Na área de desenvolvimento social, o Instituto busca soluções para o gerenciamento sustentável das comunidades da região em que atua. Entre os programas, que estão sendo implantados pelo Instituto, um já tomou forma. Resultado da parceria com a Sociedade Amigos do Bem-Estar do Menor (Soabem), da cidade de Barueri, o projeto Natureza Viva oferece cursos de jardinagem e paisagismo para jovens de baixa renda. No programa, os alunos aprendem sobre os aspectos históricos, geográficos e territoriais do ecossistema local, a formação de gramados, jardins e a preparação do

solo. O projeto inclui, ainda, a criação de uma cooperativa para introdução dos profissionais capacitados no mercado de trabalho, tanto na área residencial como em empresas da região. A criação de um viveiro para o cultivo de mudas de plantas em extinção, que serão doadas aos condomínios e empresas futuramente, também será uma das ações do Natureza Viva.

### FedEx tem 40% dos cargos preenchidos por minorias

Quando o assunto é diversidade e inclusão de minorias dentro das corporações, é comum pensar em empresas no país com programas desenvolvidos para atender um determinado público, como as pessoas com deficiência, por exemplo. Entretanto, em empresas como a FedEx Express, do segmento de transportes, esse processo já se encontra em um patamar mais avançado. A companhia não possui um projeto específico para a contratação de profissionais das ditas minorias. A valorização das diferenças faz parte da filosofia da empresa. Atualmente, nos Estados Unidos, cerca de 40% do quadro de funcionários da FedEx Express são oriundos de minorias. São considerados nesse grupo os negros, os portadores de necessidades especiais e as pessoas de origem não-americana (em especial os latinos), que geralmente têm dificuldades de se colocar profissionalmente devido ao preconceito gerado pela cultura de controle de imigração existente no país.

# Cofins

## a inconstitucionalidade da limitação da imunidade tributária

MARCOS BIASIOLI  
marcos@mbiasioli.com.br

As entidades beneficentes de assistência social e educação estão sendo autuadas pela Receita Federal do Brasil por não recolherem aos cofres públicos a Cofins incidente sobre as receitas não próprias, tais como locação de imóveis e ativos financeiros, além de atividades com contrapartida financeira, sob fundamento de que estão violando a instrução normativa nº 247/02<sup>1</sup>, que aduz no art. 47 o seguinte:

“As entidades relacionadas no art. 9º desta instrução normativa: I – não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento; e II – são isentas da Cofins em relação às receitas derivadas de suas atividades próprias. Parágrafo 2º – Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.”

### Retrospectiva legal

A Constituição Federal de 1988 inovou, se comparada com as constituições pretéritas, trazendo uma política social de caráter público, regulando a ordem econômica, a competência e o financiamento das ações sociais. Ao prever o último assunto, ou seja, o financiamento, impôs por meio do art. 195 que “a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e das seguintes contribuições sociais: I – dos empregados, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; II – dos trabalhadores...”

À guisa de estender a base de cálculo das contribuições sociais, o texto primitivo da Carta Política foi alterado pela Emenda Constitucional nº 20/98, cujo teor dos incisos do art. 195 assim ficaram: “I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste

serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento...”

Com o intuito de buscar uma fonte de custeio para a seguridade social, a esteio da previsão do referido art. 195, da CF/88, foi sancionada a Lei Complementar nº 70/91, que institui a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que veio substituir o Finsocial, criado em 1982 por meio do Decreto-lei nº 1.940/82. O art. 6º da referida LC 70/91 dispunha que estariam isentas da Cofins: inciso III: “as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”.

Em 27 de novembro de 1998, foi editada a lei 9.718, regulando a matéria tributária, majorando a alíquota da Cofins de 2% para 3% e ampliando a base de cálculo da incidência tributária, pois a lei determinava que a contribuição deveria incidir sobre a receita bruta e não sobre o faturamento, que são distintos. Isso porque o faturamento advém de fatura, ou seja, decorrente da venda, e a receita bruta engloba não só o produto de venda, mas também outras entradas, tais como rendimentos financeiros, frutos de locações e/ou arrendamento de bens, ganhos de capital etc. Assinala-se que a mencionada lei 9.718/98 não recepcionou a isenção outorgada pela LC 70/91 às entidades beneficentes de assistência social, porém também não a revogou.

Por advento do art. 14, inciso X, da medida provisória nº 1.807/99 (atual MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001), foi reconhecida a isenção da Cofins decorrente das receitas relativas às atividades próprias das instituições de: (a) educação e assistência social (imunes nos termos dos arts. 150, inciso VI, alínea c, e 195, parágrafo 7º, da CF); (b) instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e associações isentas ao Imposto de Renda e CSLL (vide art. 15 da lei 9.532/97); (c) fundações de direito privado criadas pelo poder público.

Em face da previsão contida na medida provisória, a Secretaria da Receita Federal<sup>2</sup> baixou a fatídica instrução normativa nº 247/02, que prevê no seu art. 47, como mostrado, a restrição da isenção a receitas



derivadas tidas como não-próprias, ou seja, aquelas derivadas de vendas e outros rendimentos, que não originários de seus doadores e associados.

Em outubro de 2003, foi editada nova medida provisória de nº 135, que criou a Cofins não-cumulativa<sup>3</sup>, o que resultou na obrigatoriedade do recolhimento da contribuição na base de 7,6% sobre o faturamento, sendo excetuada apenas as entidades beneficentes imunes a impostos (assistência social e educação, que preenchem o disposto nos arts. 9º e 14º do Código Tributário Nacional), que continuaram obrigadas a recolher 3%, porém, somente das receitas advindas de atividades não próprias.

Já em 29 de dezembro de 2003, a referida MP foi convertida na lei 10.833, que manteve a sistemática anterior de regulação da Cofins, ou seja, aquela prevista na MP 2.158-35, que impunha o recolhimento de 3% a incidir sobre as referidas atividades não-próprias, a qual é válida até então.

### Conclusão da Receita Federal

A Receita Federal já se manifestou sobre o assunto por meio de Consultas Públicas. “As entidades isentas estão sujeitas à incidência não-cumulativa da Cofins sobre as receitas não relativas às atividades próprias. Não integram a base de cálculo da Cofins as receitas não-operacionais decorrentes da venda de bem do ativo permanente.”

“A pessoa jurídica isenta da Cofins sobre as receitas das atividades próprias fica submetida ao regime da não-cumulatividade dessa contribuição, a partir de fevereiro de 2004, quanto à totalidade das receitas não oriundas da atividade.

A partir de 2 de agosto de 2004, ficou reduzida a zero a alíquota da Cofins incidente sobre as receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas à não-cumulatividade, exceto as receitas oriundas de juros sobre capital próprio e as decorrentes de operações de *hedge*.”

“As receitas financeiras auferidas por associações civis sem fins lucrativos que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, a que se refere o art. 15 da lei nº 9.532, de 1997, visto não serem relativas às suas atividades próprias, são tributadas pela Cofins.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembléia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto,

destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Tais entidades sujeitam-se à incidência não-cumulativa da contribuição em apreço, vez que dela não foram legalmente excluídas. Porém, a partir de 2 de agosto de 2004, fica reduzida a zero a alíquota da citada exação incidente sobre as mencionadas receitas financeiras (exceto as oriundas de juros sobre capital próprio e as decorrentes de operações de *hedge*), desde que auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas, ainda que apenas em parte, ao regime de cobrança não-cumulativa da contribuição.”

“Em conclusão a Receita Federal tem entendido que a receita não proveniente das atividades próprias é tributada pelo princípio da não-cumulatividade, ou seja, em 7,6% a incidir sobre a receita de atividades não próprias.”

### O que muda em face das últimas decisões do STF?

No recente julgamento dos Recursos Extraordinários nº 346.084, 357.950, 358.273 e 390.840, havidos em 9 de novembro de 2005, o Pleno do Supremo Tribunal Federal declarou como inconstitucional o art. 3º da lei 9.718/98, que, como vimos, ampliou a base de cálculo do recolhimento da Cofins, pois igualou a definição de faturamento à receita bruta.

Na prática, as pessoas jurídicas que recolheram a contribuição com base na receita bruta, e não no faturamento, poderão perseguir igual tutela na justiça para restituir o valor pago a mais ou, caso estejam sendo cobradas por tal diferença, poderão escudar sua defesa com base na decisão do STF.

Quanto às entidades beneficentes, o ponto nuclear a ser abstraído do mérito das decisões do STF é o controle da imunidade tributária que somente pode ser operado por meio de lei complementar<sup>4</sup>, o que elimina a possibilidade da imposição de requisitos por meio de lei ordinária como, por exemplo, a lei 8.212/91.

No caso da Cofins, a imunidade constitucional das contribuições sociais é total, não há divisão a se auferir entre **receitas próprias e não-próprias**, pois se nem o legislador ordinário possui tal poder, quicá o Executivo na edição de Medida Provisória (MP 2.158) e quanto menos a Receita Federal (IN 247/02).


Assinala-se ainda que até mesmo as imposições conferidas pela lei 8.212/91 assomadas pelo decreto 2.536/98 galgaram golpe fulminante, pois são os símbolos do controle da imunidade das entidades beneficentes, e agora, com maior força, poderão ser combatidas na Justiça.

As decisões em foco não são extensivas às entidades beneficentes, pois se tratam de decisões tiradas de outros litigantes, cujos efeitos somente serão aproveitados por eles, e não se prestam a elas, exceto se obedeceram ao tratamento geral e não especial (das entidades imunes) quando do recolhimento da Cofins.

Todavia, no diapasão da discussão acerca da incidência da Cofins, as entidades beneficentes deveriam buscar isoladas ou coletivamente a tutela judicial, visando o reconhecimento da imunidade tributária a incidir sobre a integralidade das receitas auferidas, com o fito de evitar serem surpreendidas por eventual autuação por parte do Fisco Federal, que tem insistido em segregar as receitas para sustentar os autos de infrações.

### Conclusão

1. As entidades beneficentes são imunes a Cofins, entre outros tributos.
2. São exclusivamente reféns dos requisitos impostos pela Lei Complementar (CTN), segundo o STF, no que se refere à imunidade tributária.
3. Não precisam se submeter à MP 2.158 e por supedâneo à IN 247/02, desde que o façam por meio judicial.
4. Como zelo e legalidade, devem incluir em seus estatutos todas as fontes de sustentabilidade, evitando a segregação forçada derivada de eventual autuação.

Por fim, enquanto houver o judiciário, as entidades **comprovadamente** beneficentes serão preservadas dos ataques de esquizofrenia arrecadatória do Estado, o que me leva a assinalar às palavras do poeta Justice Oliver Wendell Holmes, Jr.: “O poder de tributar não significa nem envolve o poder de destruir, pelo menos enquanto existir esta Corte Suprema”<sup>5</sup>. 

**Marcos Biasioli**, Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de Gestão do Terceiro Setor da Universidade Federal do Espírito Santo e editor da Revista Filantropia.

<sup>1</sup> PARCIALMENTE ALTERADA PELAS INSTRUÇÕES Nº 358/03 E 464/04.

<sup>2</sup> ATUALMENTE DENOMINADA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

<sup>3</sup> O TRIBUTO INCIDENTE SOBRE AS OPERAÇÕES DE COMPRA PODE SER APROVEITADO NAS OPERAÇÕES DE VENDAS. ASSIM, O TRIBUTO INCIDE, NA PRÁTICA, SOMENTE SOBRE O VALOR AGREGADO A BENS E SERVIÇOS.

<sup>4</sup> VOTO DO MIN. RELATOR, CELSO DE MELO, RE 346.084: “NÃO CUSTA ASSINALAR, NESTE PONTO, QUE TRAZIU SITUAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE A EDIÇÃO, PELO ESTADO, DE LEI ORDINÁRIA, QUANDO ESTA É EDITADA PARA REGULAR MATÉRIA POSTA SOB A RESERVA CONSTITUCIONAL DE LEI COMPLEMENTAR...”.

<sup>5</sup> JULGAMENTO DE 1928 DO CASO “PANHANDLE OR. Co. v. STATE OF MISSISSIPPI EX. REL. KNIX [277 U.S. 218]. APUD VOTO DO MINISTRO RELATOR, CELSO DE MELO, RE 346.084-6.

# Convênios filantrópicos

*Apesar de representar grande avanço legal, beneficiando várias entidades, nova resolução do CNAS entra em conflito com antigas normas*

**MARCELO MONELLO**  
atendimento@sergiomonello.com.br

No dia 20 de novembro, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) editou a resolução nº 188/05 pela qual reconhece o direito das entidades beneficentes de efetivar parcerias para viabilizar as ações sociais e, assim, poder realizar investimentos sociais com melhor eficiência.

Por essa resolução, a transferência de recursos financeiros se caracteriza, para fins de direito, em gratuidade da doadora, não podendo a donatária utilizar sua ação social como sua gratuidade. Foi uma grande decisão do Conselho, pois a medida atendeu anseios de inúmeras entidades beneficentes de assistência social que vivem à custa da ajuda e da manutenção de outras instituições.

O convênio filantrópico na esfera da sociedade civil nada mais é que uma parceria semelhante à realizada pelo poder público por meio das concessões de auxílios e subvenções. As entidades, apesar de terem direito à captação de recursos públicos,

também praticam a captação pela própria sociedade civil.

As parcerias firmadas com órgãos públicos muitas vezes tornam-se inviáveis, pelas dificuldades de acesso aos recursos, exigências que lhes são peculiares e, ainda, pelo não cumprimento do contrato por parte do gestor público, seja por atraso em pagamentos, glosas e outros fatores.

## Contradições práticas

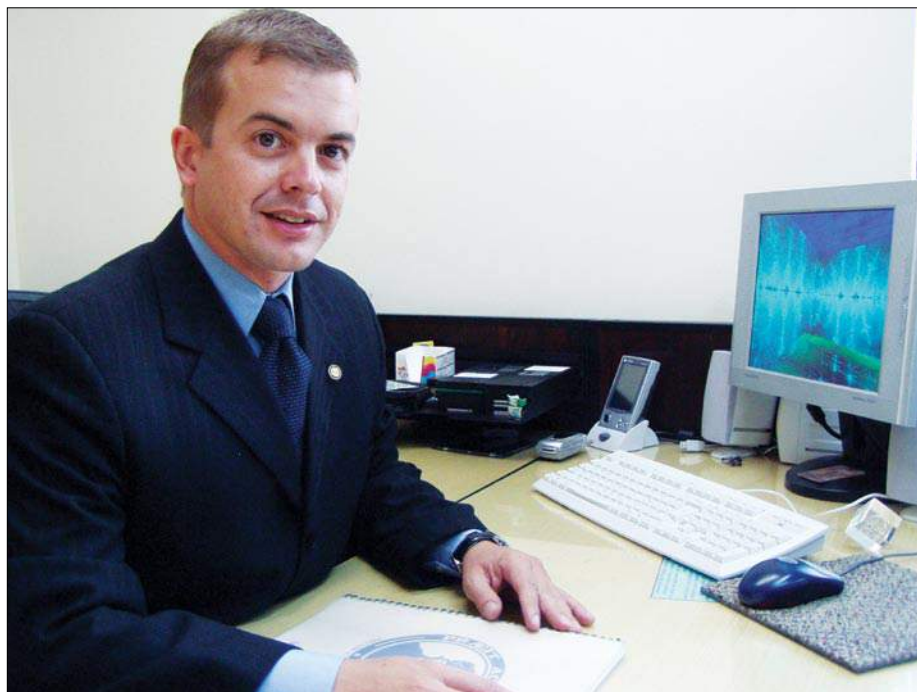
Um aspecto muito interessante da resolução é a forma normativa pela qual orienta a prática da parceria, bem como a contabilização dos recursos. Houve um enorme avanço para as entidades beneficentes de assistência social em relação a sua forma de orientação, suas características, contabilização e prestação de contas, gerando melhor organização de controles por parte das organizações.

Alguns fatores da resolução precisam ser revistos e discutidos para seu aperfeiçoamento. Destaque para:

- Art. 1º: “Entidades beneficentes de assistência social podem celebrar entre si, ou com entidades que tenham convênios de parceria com gestores municipais e/ou estaduais e do Distrito Federal, convênios especiais para execução de projetos sociais específicos.”

Como fica a situação de entidades de assistência social comunitárias, como creches, abrigos, casas de apoio etc.? Apesar de desenvolverem projetos específicos, não são certificadas como entidades beneficentes de assistência social pelo CNAS, mas muitas delas são inscritas em Conselhos Municipais de Assistência Social. Além disso, grande parte não possui convênios de parceria com os gestores públicos.

Pelo conteúdo da nova resolução, entende-se que essas entidades não estão aptas a receber recursos decorrentes de convênios filantrópicos, visto que não encontrarão enti-



dades que com elas queiram manter parcerias e que a transferência de **recursos financeiros** não será tipificada como gratuidade.

- **Art. 5º:** “A entidade conveniada não poderá lançar o recebimento em receitas assim como em gastos a aplicação no projeto, devendo manter o controle em contas patrimoniais, objeto do convênio, e não poderá ser considerado como despesa de gratuidade na contabilidade da conveniada.”

Como os recursos advindos da entidade mantenedora não podem ser contabilizados para que as despesas com **projetos de custeio** sejam contabilizadas como **receita** da conveniada, ocorrerá, nesse caso, um desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas (NBCT).

### Normas de contabilidade

As NBCT 10.4, 10.16, 10.19 e a NBCT 19.4 estabelecem a seguinte forma de contabilização de transferência de recursos:

- As transferências a título de subvenção, que correspondam ou não a uma contraprestação direta de bens ou serviços para a entidade transferidora, devem ser contabilizadas como receita na entidade recebedora dos recursos financeiros.
- As transferências a título de contribuição, mesmo que não correspondam a uma contraprestação direta de bens ou serviços para a entidade transferidora, devem ser contabilizadas como receita na entidade recebedora dos recursos financeiros.
- As doações financeiras para custeio devem ser contabilizadas em contas específicas de receita. As doações para investimentos e imobilizações, que são consideradas patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, devem ser

contabilizadas no patrimônio líquido ou social, conforme o caso específico da pessoa jurídica beneficiária da transferência.

- As transferências a título de subvenções, contribuições, auxílios e doações devem ser contabilizadas em contas de compensação, pelo valor total dos recursos recebidos, enquanto perdurar a responsabilidade da entidade beneficiária dos recursos.

Como se percebe, há evidente conflito entre o estabelecido na resolução nº 188/05 e as normas contábeis expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), visto que por essa resolução os valores decorrentes dos convênios filantrópicos apenas transitariam por contas patrimoniais. Sendo assim, é de extrema importância o entendimento entre o CFC e o CNAS para pacificar a forma contábil desses recursos financeiros.

### Código tributário

Outra preocupação em relação a esse problema contábil é a interpretação da fiscalização fazendária e previdenciária. O desrespeito às NBCTs podem ensejar a desclassificação da contabilidade e, conseqüentemente, desrespeito ao art. 14 do Código Tributário Nacional (CTN).

A prudência no encaminhamento à solução do problema é de fundamental relevância para as entidades beneficentes de assistência social que mantêm **convênios filantrópicos**. A importância da questão pode ser constatada pela resolução nº 877/90 do CFC, que aprovou a NBCT 10. Essa norma trata dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, em especial o item que trata das entidades sem finalidade de lucros:

- **NBCT 10.19.1.2:** “Destina-se, também, a orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurí-

dicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social (Lei Orgânica da Seguridade Social), para a emissão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, da competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).”

É importante observar que o Conselho Federal de Contabilidade se preocupa com a integridade e garantia das informações a serem apresentadas pelas entidades beneficentes. Enquanto não acontecer um entendimento entre o Conselho CFC e o CNAS – a fim de resguardar a entidade beneficente e o profissional contábil de problemas legais, profissionais e fiscais –, se faz necessária a observação da NBCT 3, que trata do conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis.

- **NBCT 3.1.6:** “A utilização de procedimentos diversos daqueles estabelecidos nesta norma somente será admitida em entidades públicas e privadas sujeitas a normas contábeis específicas, fato que será mencionado em destaque, na demonstração ou em nota explicativa.”

Esta simples apreciação da resolução nº 188/05 do CNAS deve colaborar com as entidades beneficentes, demonstrando a importância da contabilidade na vida das instituições sociais. Vale ressaltar que a competência do profissional e a transparência das organizações são imprescindíveis nas prestações de contas. A relevância dos serviços contábeis na vida das entidades beneficentes de assistência social é sinônimo de sustentabilidade. ☺

**Marcelo Monello.** CRC TC-1SP207467/O-2. Sócio-diretor do Escritório Dom Bosco.

Responsabilidade social  
Programas sócio-educativos  
Qualidade de vida  
Conscientização solidária





# Abong – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

*Por meio da representação política, a Abong luta pela defesa dos interesses das entidades sociais*

ELAINE IORIO

**P**ara pontuar as ações do verdadeiro batalhão do bem que compõe o setor social – mais de 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, segundo o IBGE –, algumas instituições tornaram-se centros de apoio gestacional e difusão de conhecimento. É o caso da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), que desde 1991 reúne entidades que lutam por justiça social e expansão da cidadania e democracia.

De acordo com o diretor geral, Jorge Eduardo Saavedra Durão, o objetivo da Abong é “articular as ONGs associadas e representá-las coletivamente, junto ao Estado e aos demais sujeitos da sociedade civil, nos planos nacional e internacional”. Prova disso foi a nota pública divulgada em agosto deste ano, em que a associação assume um crítico posicionamento perante o governo Lula.

Para a Abong, “um ciclo de mais de 20 anos de lutas dos movimentos sociais e de organização da sociedade civil brasileira, em cujo horizonte se encontra um projeto democrático de transformação social, voltado para a redução das desigualdades e para a justiça social, não encontrou a sua tradução adequada num projeto de governo. O governo Lula deu continuidade a políticas – principalmente a política econômica – que aprofundam a concentração de riqueza e de poder”.

Segundo Durão, a linha econômica adotada incide de maneira extremamente negativa sobre as políticas sociais, sobretudo pelo mecanismo do superávit primário – em um patamar superior ao que foi contratado no acordo com o FMI –, com a esterilização dos recursos fiscais da União e o contingenciamento do orçamento previsto para os programas sociais, que em muitos casos permanecem em patamares insignificantes.

## Princípios

A Abong é referência política reconhecida nacional e internacionalmente, destacando-se como importante sujeito de intervenção política, interlocução com o Estado brasileiro, controle social das ações governamentais e espaço de articulação e reflexão sobre a forma de atuação das ONGs.

As organizações associadas seguem os seguintes objetivos:

- A luta pela radicalização da democracia, universalização dos direitos e pelo combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de exclusão, discriminação e opressão.
- A atuação na formulação e no controle social das políticas públicas e pela ampliação da cidadania.
- A intervenção nas causas estruturais dos problemas sociais e de desenvolvimento.
- O trabalho para a construção de um projeto de desenvolvimento ambientalmente sustentável, socialmente justo e com igualdade racial e de gênero.
- A articulação com os movimentos sociais e a participação em redes e fóruns da sociedade civil.
- A defesa da autonomia das organizações da sociedade civil e a transparência no uso dos recursos públicos.


## Atuação

Atualmente, a associação mantém o Programa de Desenvolvimento Institucional, que visa contribuir para o fortalecimento da capacidade das ONGs de articular iniciativas e de promover processos de mudança social. Para tanto, conta com o apoio de


três agências de cooperação internacional: Kellogg, EED, Icco.


Também desenvolve um plano de debate com a sociedade brasileira sobre a identidade das ONGs e o Marco Legal das organizações da sociedade civil, cujos objetivos são:


- 1 Deflagrar um processo de diálogo com a sociedade civil e com os poderes da República sobre o papel das ONGs, suas especificidades, a relação com o Estado e com outros atores da sociedade civil.
- 2 Ampliar o debate interno entre as ONGs associadas à Abong e organizações parceiras sobre identidade, projeto político, comunicação e Marco Legal, a fim de construir consensos coletivos e posicionamentos políticos estratégicos.
- 3 Contribuir para alterar o ambiente político-legal em que as organizações não-governamentais estão inseridas, por meio da realização de atividades de *advocacy* e *lobby* na esfera federal, visando o fortalecimento das ONGs e de seu projeto político.


O trabalho da associação é fortalecido pelas parcerias com outros sujeitos político-sociais. O diretor geral destaca que a Abong é membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM), membro da Mesa de Articulação de Redes e Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe, e, no plano nacional, membro da Inter-Redes direitos e políticas. 

## Abong

 Rua General Jardim, 660, 7º andar  
Vila Buarque – São Paulo/SP

 [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)

 [abong@uol.com.br](mailto:abong@uol.com.br)

 (11) 3237-2122

# Artigo 3º: regulamentação à vista

LUCIANO GUIMARÃES

Às vésperas da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceu entre os dias 5 e 8 de dezembro, em Brasília, o debate em torno da regulamentação do artigo 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – lei 8.742/93 – ganhou contornos mais fortes entre setembro e outubro, e agora entrou em sua reta final. Essencial para que haja uma definição mais exata sobre o conceito de entidade de assistência social, essa parte da legislação vem sendo discutida há mais de uma década.

Para se ter idéia da dimensão e da importância da questão, nos últimos três meses foram realizadas 27 conferências nos estados e no Distrito Federal, uma verdadeira maratona antes do evento de dezembro. Os encontros colocaram frente a frente governo e sociedade civil, que debateram exaustivamente o tema.

De um lado, estavam o secretário nacional de Assistência Social do MDS, Osvaldo Russo, a secretária-executiva, Márcia Lopes, o

secretário-executivo adjunto, João Domingos Fassarella, e o secretário de avaliação e gestão da informação, Rômulo Paes, além da presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Márcia Pinheiro. E do outro, entidades de assistência social ávidas pela regulamentação do artigo 3º. Eventos desse tipo também foram promovidos em 85% dos municípios brasileiros, nos meses anteriores a setembro.

Os principais temas discutidos com os diretores das entidades foram o co-financiamento de atividades voltadas ao atendimento da demanda criada com a futura implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas); a valorização e a capacitação de profissionais da assistência social; e as ações necessárias para alcançar a universalização da proteção básica no Brasil nos próximos 10 anos – meta estabelecida pelo setor.

Entre os acertos, ficou estabelecido que, com o Suas, as entidades que atuam em diferen-

tes áreas da política pública poderiam participar da rede socioassistencial. Tais ações só serão possíveis com a regulamentação do artigo 3º, cujo texto passaria a qualificar a rede socioassistencial, com a definição dos serviços, ações e projetos específicos da assistência social. A Loas existe para nortear as entidades nos cuidados que devem ter em suas atividades, na gestão de seus recursos etc., por isso a importância dos debates acerca dessas prerrogativas.

## Classificação das entidades

Em um dos debates mais importantes, o de Brasília, promovido no último dia 17 de outubro, 42 representantes dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), 13 dos Conselhos estaduais e do Distrito Federal e 12 de universidades, além de 25 gestores municipais e 17 estaduais e 67 provenientes de entidades de assistência social, reuniram-se dispostos a resolver de vez a situação.

Ministro Patrus Ananias e Presidente Lula discursam na abertura da V Conferência Nacional de Assistência Social, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília



## Em debate realizado em outubro, governo e entidades acertaram as últimas arestas sobre o tema, discutido há mais de 12 anos. A regulamentação deve mesmo sair antes do término do ano e o país terá, finalmente, um Sistema Único de Assistência Social

Durante o evento na capital federal, o CNAS recebeu dezenas de propostas (veja quadro) dos representantes das entidades assistenciais. De pronto, ficou estabelecida uma prioridade: que haja mais segurança e clareza para a gestão de políticas públicas.

Tanto o Ministério e o CNAS quanto as entidades do setor estão empenhados para que o artigo 3º da Loas, considerado muito amplo ao tentar definir entidades e organizações de assistência social, seja regulamentado.

De acordo com o artigo, “consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”.

O texto deve ser mais específico, acreditam as entidades, pois é passível de muitas interpretações. Segundo o CNAS, o artigo precisa ater-se à classificação da natureza e da qualidade das atividades realizadas no

campo da assistência social, conforme a Constituição Federal, a Loas, os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e da Norma Operacional Básica (NOB) do Suas.

“Esta definição de entidades e organizações de assistência social, denominada no artigo 3º da Loas, apresenta formatos organizativos de assistência social distintos e possui diferentes conceitos à política de assistência social”, argumenta a presidente do CNAS, Márcia Pinheiro.

Segundo ela, no âmbito desta política, os serviços e projetos das entidades e organizações devem ter caráter permanente e suprapartidário, contínuo e planejado, além de evitar a discriminação religiosa ou de qualquer natureza.

### Pressa

A ansiedade por uma definição sobre o conceito de entidade de assistência social é em parte explicada em função da importância

que o Terceiro Setor vem ganhando no Brasil nos últimos anos.

As atividades beneficentes de assistência social reúnem milhares de entidades. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 276 mil fundações privadas e entidades sem fins lucrativos no Brasil.

Só para a área da assistência social, o governo tem previstos no Orçamento de 2005 investimentos de R\$ 12 bilhões, contra R\$ 9 bilhões em 2004. Entretanto, os recursos ainda são considerados insuficientes, e é esperado um crescimento substancial nos próximos anos.

- Mais informações sobre a 5ª Conferência Nacional de Assistência Social na seção *Planalto*.

### Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)

[www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l8742.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/l8742.htm)

### ALGUMAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELAS ENTIDADES

- Que haja restrições às emendas parlamentares para as entidades não específicas (idealmente restrições para todas as entidades).
- Obrigatoriedade da atuação do assistente social nas entidades e organizações de assistência social, em conformidade com o conjunto Cfess/Cress.
- Fortalecimento e a inserção mais ativa das entidades de assessoramento e defesa de direitos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).
- Definir as entidades por sua natureza de atuação e pela coerência de suas ações e atividades em relação aos objetivos e campos da PNAS.
- Garantir o caráter público da entidade, que deve ter princípios de organização interna, transparência na prestação de contas e gratuidade de acesso aos serviços para os quais foi credenciada e financiada com recursos públicos.
- Avançar nos critérios de avaliação dos serviços prestados para além do econômico em critérios sociais.
- Organizar e enxugar o referencial legal no âmbito da filantropia, favorecendo inclusive a uniformização de procedimentos.
- Definir o papel dos órgãos gestores em instâncias deliberativas com as entidades específicas e as não enquadradas neste contexto.
- Capacitar a rede sócio-assistencial com cofinanciamento dos três entes federados com vistas a qualificar a prestação de serviços.
- Regulamentar também o artigo 9º, pois é nele que nasce o reconhecimento da entidade de assistência social, uma vez que a inscrição no CMAS é condição essencial para que a entidade pleiteie registro no CNAS.
- A regulamentação deve-se ater à qualidade das atividades realizadas no campo da assistência social, independentemente das instituições de caráter filantrópico ou privado com ou sem fins lucrativos, assegurando a garantia da continuidade do tratamento de habilitação/reabilitação nas instituições que prestam este trabalho há mais de 30 anos e que possuem *know how*.
- Propiciar aos municípios condições e orientações para a elaboração das estratégias da política municipal de assistência social.
- Definir critérios para inclusão e permanência das entidades sociais na rede de assistência social (considerando suas diferenciações).

# A longa jornada para se conquistar a tão sonhada certificação

CNAS requer cumprimento de dezenas de exigências

A emissão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos) começou em 1959, mais precisamente a partir da instituição da lei 3.577, de 4 de julho. À época, o documento era expedido pelo extinto Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). A intenção do governo era isentar as entidades da contribuição previdenciária aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

O certificado, hoje de responsabilidade do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), é a prova de que a entidade é mesmo beneficente de assistência social, sem fins lucrativos e que atua em favor de um público-alvo, reconhecido pela legislação. Em outras palavras, a certificação é a porta de acesso para requerer benefícios do governo federal, como isenção de impostos e de contribuições sociais, como o recolhimento para o INSS (exceto se tiver colaboradores remunerados).

## Requisitos

Para obter o certificado – que tem validade de três anos, a contar da publicação de sua cessão no Diário Oficial da União –, a entidade precisa ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, não ter fins lucrativos e atuar em conformidade com sua área específica, no sentido de: (a) proteger a família, a infância, a maternidade, a adolescência e a velhice; (b) amparar crianças e adolescentes carentes; (c) realizar ações para prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência; (d) promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde; (e) promover a integração ao mercado de trabalho; (f) desenvolver a cultura; e (g) atender e assessorar os beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), defendendo e garantindo seus direitos.

As entidades também precisam estar atentas a alguns aspectos de ordem legal, que devem ser obedecidos, no momento em que pleitearem a cessão ou a renovação do certificado. Qualquer informação imprecisa pode significar mais tempo para a obtenção do documento.


Essas características são: (a) estar legalmente constituída no país e em efetivo funcionamento, nos três anos imediatamente anteriores ao requerimento; (b) estar pre-

viamente escrita no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho Estadual; (c) estar previamente inscrita no CNAS, o que possibilita à entidade o pedido, ao mesmo tempo, do registro e do certificado; e (d) deve aplicar anualmente, em gratuidade (desembolso financeiro da entidade com serviços gratuitos à população), no mínimo 20% da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, da locação de bens, da venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares.


## Documentos


Os documentos necessários para formalizar o processo e o exame do pedido de registro ou de Certificado de Entidade de Assistência Social são: requerimento (formulário fornecido pelo CNAS); cópia autenticada do estatuto; cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria; declaração de que a entidade está em pleno e regular funcionamento; comprovante de inscrição no CMAS de sua cidade; Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); reconhecimento da Utilidade Pública Federal; e declaração atualizada.

A entidade também precisa apresentar relatórios de atividades; balanços patrimoniais; demonstrativos dos resultados dos exercícios; demonstração de mutação do patrimônio; demonstração das origens e aplicações de recursos; notas explicativas; e demonstrativo de serviços prestados. Todos referentes aos três exercícios anteriores à solicitação.

Caso a entidade esteja sendo fundada, é obrigada a apresentar cópia autenticada da escritura de sua instituição, registrada em cartório, ou lei sobre sua criação; e comprovante de aprovação do estatuto e alterações, se houver, pelo Ministério Público. 

## Para registro ou pedido de certificação, acesse:

 [www.mds.gov.br/conselhos/conselho01\\_11.asp](http://www.mds.gov.br/conselhos/conselho01_11.asp)

 [www.mds.gov.br/conselhos/conselho01\\_16.asp](http://www.mds.gov.br/conselhos/conselho01_16.asp)



ANTONIO CRUZ/ABR

A secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes, palestra na abertura da 1ª Oficina Nacional de Gestão da Informação em Assistência Social, realizada em novembro

## Assistência social deve ser política de Estado

À frente de uma das secretarias ministeriais mais cobradas dentro da administração pública, justamente por tratar de questões sociais, o secretário nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Osvaldo Russo, está muito otimista em relação à regulamentação do artigo 3º da Orgânica de Assistência Social (Loas). Ele enalteceu os encontros municipais e estaduais realizados durante o ano para discutir os parâmetros dessas mudanças na legislação.

A seguir, Russo faz balanço desse trabalho, que culminou com a 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no início de dezembro, e projeta mais facilidades na atuação conjunta do poder público e da sociedade civil organizada, a

partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

**Filantropia:** *Que balanço o senhor faz do debate nacional sobre o artigo 3º da Loas e que avanços a regulamentação dele trará para a assistência social no país?*

**Osvaldo Russo:** Em abril deste ano, o Conselho Nacional de Assistência Social instituiu um Grupo de Trabalho – com a participação paritária da sociedade civil e do governo – que estabeleceu um cronograma de discussão sobre o artigo 3º da Loas. O Conselho recebeu 14 propostas para apresentação no debate nacional, que aconteceu em outubro, na Câmara dos Deputados. Foi um encontro produtivo e esclarecedor com a participação expressiva do governo e de segmentos da sociedade civil.



# Sergio Monello

## Escritório Contábil Dom Bosco

- Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- Assessoria em departamento pessoal
- Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**40 anos**  
de exclusivo  
compromisso  
com as  
entidades  
do 3º setor

(11) 3872-1195

[www.sergiomonello.com.br](http://www.sergiomonello.com.br)

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes - São Paulo/SP CEP 01150-001

A regulamentação do artigo 3º da Loas permitirá maior segurança e clareza na gestão das políticas públicas, e essa discussão acontece em um momento importante, que é o da implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Tenho certeza que chegaremos a um consenso e estabeleceremos parâmetros para melhor precisar a assistência social como política pública.

**Filantropia: Como está a implantação do Sistema Único de Assistência Social?**

**OR:** O Suas é um marco histórico, assim como foi, em 1993, a promulgação da Loas. É inegável o avanço alcançado na reorganização do setor, alterando radicalmente o modelo de gestão e a forma de financiamento dos programas, serviços e benefícios sociais, no sentido de obter maior eficácia na atenção integral ao público-alvo da política de assistência social. O governo atual está mudando a trajetória da assistência social, rompendo com a lógica injusta e perversa do assistencialismo, do favorecimento e da improvisação.

Com todo o respeito àqueles que, no passado, ficaram à frente da gestão federal do setor, mas os governos anteriores não foram capazes de fazer a necessária ruptura com o passado clientelista. O governo Lula, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, está fazendo um trabalho

calçado no diálogo, na firmeza e no compromisso republicano.

**Filantropia: Como o senhor avalia o trabalho desenvolvido pelo CNAS?**

**OR:** O Conselho Nacional de Assistência Social foi inovador e exemplar, tanto por seus conselheiros governamentais como os não governamentais, harmonizando objetivos no interesse público da assistência social em todo o país.

A presidente Márcia Pinheiro, com a colaboração de todo o Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais e Municipais, desenvolveu uma construção coletiva e participativa do setor, como nunca antes no Brasil. Agora, com a implantação do Suas, vamos fazer avançar a política de assistência social – garantidora de direitos, pública e de qualidade.


**Filantropia: Qual a importância da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social?**

**OR:** O evento foi a oportunidade para os delegados eleitos – governamentais e não-governamentais – debaterem propostas e os novos rumos da assistência social no Brasil, a partir da implantação do Suas. Nosso desafio será avançar na questão, de modo que a assistência social, juntamente com as demais políticas, contribua para que o Brasil supere

a pobreza, as desigualdades e a violação de direitos. A meta é construir um novo país, afirmando a assistência social como política de Estado.

Precisamos, portanto, manter esse compromisso para os próximos anos e não ceder à tentação do oportunismo e da demagogia, com difusão de metas inalcançáveis no curto ou médio prazo. Trabalharemos para garantir – progressivamente em 10 anos – a universalização da proteção social básica, de modo que todas as pessoas que dela necessitam possam ter acesso aos serviços ofertados pelos Centros de Referência da Assistência Social e por outros equipamentos públicos.

**Filantropia: Como a unificação dos programas sociais, inclusive com a participação das entidades assistenciais, colaborará para a expansão desses benefícios às pessoas carentes?**

**OR:** A assistência social tem uma característica peculiar, constituída pela participação histórica de entidades civis, tanto no atendimento como na defesa de direitos. Em função disso, podem alavancar, nesse novo formato da política de assistência social, parcerias públicas continuadas e sustentáveis à expansão do sistema com a qualidade necessária, dentro da lógica de gestão e financiamento do Suas. 

**A regulamentação do artigo 3º da Loas permitirá maior segurança e clareza na gestão das políticas públicas**



# Rápidas Legais



## Fim da Super-Receita

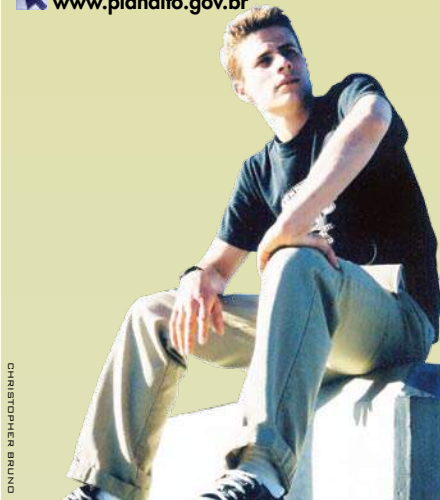
A medida provisória nº 258/05, que tinha o objetivo de reorganizar a administração tributária da União, a fim de simplificar e racionalizar os processos de trabalho e otimização de recursos, não foi votada a tempo e perdeu sua eficácia. As Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária entendem que a unificação dos fiscais é irreversível e traz benefícios para o país. Por isso, farão de tudo para preservar os benefícios decorrentes na vigência da MP.



## Contratação de aprendizes

Com a publicação do decreto nº 5.598/05, toda e qualquer contratação de aprendiz deverá ser realizada com obediência a seus dispositivos. Agora, os estabelecimentos são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem um número de aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada empresa, cujas funções demandem formação profissional. Somente as entidades sociais que tenham por objetivo a educação profissional estão dispensadas da contratação. O decreto também dispõe que o aprendiz será o maior de 14 anos e menor de 24 anos, aumentando em seis anos a faixa etária dos contratados; a idade máxima não se aplica aos aprendizes portadores de deficiência. O contrato de aprendizagem deve ser celebrado por escrito e continua tendo prazo máximo de dois anos. Caberá aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Educação editar normas para acompanhar e avaliar a atuação das entidades sem fins lucrativos. O não-cumprimento dos termos do decreto acarreta a nulidade do contrato de aprendizagem e o estabelecimento de vínculo empregatício diretamente com o empregador.

[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)



CHRISTOPHER BRUND



## Convênios de parceria

A fim de padronizar o controle e lançamento da gratuidade diante da prática de convênio de transferência de recursos próprios entre entidades sociais, o CNAS lançou a resolução nº 188 em 20 de outubro deste ano, que permite às organizações a celebração entre si – ou com entidades que tenham parceria com gestores municipais, estaduais e do Distrito Federal – convênios especiais para execução de projetos sociais específicos. A inovação está na previsão de que a organização conveniente poderá considerar como gratuidade os valores empregados nos convênios especiais.



## MP do Bem 2

A medida provisória 255, chamada MP do Bem 2, foi aprovada e, com a regulamentação, vários setores terão benefícios fiscais. Destaque ao Programa de Inclusão Digital, para o qual está prevista a redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos materiais de informática, além de incentivos fiscais para inovação tecnológica. Também há alterações quanto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Pessoa Física, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), PIS/Pasep, Cofins, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), entre outras previsões.



## Código de Ética do CNAS

Foi aprovada em novembro a resolução nº 209/05 que institui o Código de Ética do Conselho Nacional de Assistência Social. Elaborado com base na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e no Regimento Interno do CNAS, o Código de Ética pretende orientar e tornar públicas as atividades dos conselheiros titulares e suplentes, atribuindo-lhes deveres, responsabilidades e vedações de conduta, instituindo, inclusive, penalidades por infração.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



## Qualificação Oscip

O Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, responsável pelo julgamento dos pedidos de qualificação das entidades sem fins lucrativos como Oscip, simplificou esse processo. Agora, no caso de indeferimento, a entidade poderá apresentar – em no máximo 30 dias – um novo pedido apenas com a documentação considerada irregular, comprovando o saneamento do problema. É importante que o novo requerimento mencione o processo anterior e o prazo seja cumprido, caso contrário, somente restará à entidade o ingresso de um novo pedido completo.



## Base de cálculo é inconstitucional

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de dispositivo da lei 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para a incidência de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O dispositivo dava novo conceito para o faturamento (receita bruta) sobre o qual incidiriam as contribuições, ou seja, sobre a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, pouco importando o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. A decisão beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários já julgados. Mas, conforme previsão constitucional, o Supremo também poderá comunicar ao Senado a decisão para que o Legislativo providencie a suspensão da parte declarada inconstitucional e que valerá para todos.

Fontes: **María Helena Gabarra Osório, Tatiana Magosso Evangelista e Carlos Eduardo Rédua Gonçalves.**

Advogados do escritório M. Biasioli Advogados Associados.

## Esporte: um direito de todos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, lançaram em São Paulo, no dia 19 de agosto, a Política Nacional do Esporte. Construída com base em ampla consulta à sociedade, ela consolida o esporte como direito de todo cidadão, assim como a saúde e a educação, além de atuar em favor da inclusão social. Cerca de 83 mil pessoas participaram da construção do texto por meio da 1ª Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2004.

[www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)



Presidente Lula participa do lançamento da Política Nacional de Esporte, ao lado do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, de atletas, do senador Eduardo Suplicy e do presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman

## Política pública para moradores de rua

Nos dias 1º e 2 de setembro, foi realizado em Brasília o Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua. Representantes de dez estados reuniram-se com autoridades dos governos federal, estadual e municipal, além de especialistas, para debater e apresentar alternativas para esse segmento da população. É a primeira vez no país que se discute a construção de uma política pública nacional para pessoas que vivem nas ruas.



Na mesa do encontro: Rômulo Paes, secretário de Gestão de Informação do MDS, Márcia Lopes, secretária executiva do MDS, ministro Patrus Ananias, Oswaldo Russo, secretário de Assistência Social, e Rita de Cássia Marchiori, diretora da Secretaria de Assistência Social

## Reforma da administração pública

Entre os dias 18 e 21 de outubro, pesquisadores e especialistas na área de desenvolvimento social da América Latina e Caribe, inclusive do Brasil, participaram em Santiago, no Chile, do 10º Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para Desenvolvimento (Clad). O tema discutido este ano foi Reforma do Estado e Administração Pública.

[www.clad.org.ve](http://www.clad.org.ve)

## Participação em políticas do Mercosul

O Programa Mercosul Social e Solidário realizou nos dias 1º e 2 de outubro, em São Paulo, o seminário Participação Cidadã nas Políticas Públicas: Experiências de Segurança Alimentar, Economia Solidária e Controle Social – Articulações Regionais no Cone Sul. Cerca de 70 representantes de entidades da Paraíba, do Rio de Janeiro e de São Paulo – que trabalham com as temáticas da participação cidadã, economia solidária e segurança alimentar, respectivamente – debateram com representantes do governo federal as instâncias de participação da sociedade civil no Mercosul.

[www.mercosulsocialsolidario.org](http://www.mercosulsocialsolidario.org)

## Semana Mundial da Alimentação

O presidente Lula apresentou no dia 11 de outubro o balanço do Fome Zero, um conjunto de programas e ações de combate à pobreza que recebeu investimentos de mais de R\$ 27 bilhões desde 2003. A divulgação dos dados marcou a abertura da Semana da Alimentação, em Brasília, que se estendeu até o dia 22 do mesmo mês. Na ocasião, o presidente também assinou o Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que garante aos brasileiros o direito à alimentação adequada, cria um sistema de monitoramento da situação nutricional da população e define direitos e deveres do governo e da sociedade.

[www.fomezero.gov.br](http://www.fomezero.gov.br)



O ministro Patrus Ananias, Dona Marisa, o presidente Lula, e o vice-presidente, José Alencar, durante a abertura da Semana Mundial da Alimentação

## Primeiro balanço do Suas

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, apresentou, no dia 4 de dezembro, o primeiro balanço de implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) – a transformação de maior impacto na história dos serviços de atendimento social no Brasil. Participaram do evento secretários estaduais, municipais e do Distrito Federal de Assistência Social, representantes do Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (Fonseas), Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), Conselho Nacional de Assistência Social e autoridades e representantes da sociedade civil. Em funcionamento desde agosto, o Suas já atinge quase metade dos municípios brasileiros e atende aproximadamente 7 milhões de pessoas.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)





ANTONIO CRUZ/ABR

Ministro Antonio Palocci recebe os integrantes da comissão especial da Câmara que analisa a emenda constitucional de criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)

## Creches receberão recursos do Fundeb

No dia 30 de novembro, o ministro do Planejamento, Antonio Palocci, aceitou a inclusão de creches no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Com a medida, os recursos federais para o fundo serão ampliados em R\$ 200 milhões, passando para R\$ 4,5 bilhões ao final de quatro anos. Palocci ainda afirmou que não haverá aumento da carga tributária para os recursos destinados à educação, mas que resultarão do aumento da eficiência em outras áreas.

[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)

## MDS e OIT unidos contra o trabalho infantil

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) assinaram no dia 1º de outubro um protocolo de intenções de ação conjunta contra o trabalho infantil. O convênio, firmado na abertura do Encontro Nacional dos Coordenadores Estaduais do Peti e do Programa Bolsa Família, prevê que o ministério colabore com a OIT na realização de campanhas nacionais e internacionais de erradicação do trabalho de crianças e adolescentes.

[www.oitbrasil.org.br](http://www.oitbrasil.org.br)

## China conhece exemplo brasileiro

Gestores de programas sociais da China visitaram o MDS, em 23 de novembro, para conhecer de perto os programas sociais e projetos de transferência de renda do governo brasileiro. O objetivo da delegação, composta por 20 representantes de órgãos governamentais chineses, era avaliar em que casos a experiência local se aplica à realidade chinesa.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

## Gestão da Informação em Assistência Social

Ao final da 1ª Oficina Nacional sobre Gestão da Informação em Assistência Social, realizada nos dias 21 e 22 de outubro, em Brasília, 140 representantes de estados e municípios de todo o país aprovaram as propostas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a implantação da rede nacional única para troca de dados sobre assistência social: a Rede Suas.

[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)



ANTONIO CRUZ/ABR

A secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes, palestra na abertura do evento. Da esquerda para a direita: Roberto Wagner, diretor do Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos, Oswaldo Russo, secretário Nacional de Assistência Social, Márcia Lopes e Maria das Graças, vice-presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Assistência Social (Fonseas)

## 5ª Conferência Nacional de Assistência Social

Dois mil gestores, técnicos, pesquisadores, líderes de ONGs e representantes de usuários participaram entre 5 e 8 de dezembro, em Brasília, da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social. Uma das metas definidas para os próximos dez anos dos governos federal, estaduais, municipais e da sociedade é a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), também conhecidos como Casa das Famílias, em todos os municípios do país. Atualmente, há 1.777 unidades funcionando em 1.201 cidades. A conferência também aprovou a elaboração de políticas de recursos humanos e estabeleceu que os orçamentos dos municípios para a assistência social deverão ter aumento gradativo, chegando a 10% do total dos recursos em 2015. As metas definidas pela conferência foram organizadas nos grupos: Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas), Financiamento, Gestão de Pessoas e Controle Social.

[www.mds.gov.br/conselhos/conselho01.asp](http://www.mds.gov.br/conselhos/conselho01.asp)



JOBÉ CRUZ/ABR

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é acompanhado por dona Marisa na abertura da conferência



JOBÉ CRUZ/ABR

Ministro Patrus Ananias e Presidente Lula discursam no primeiro dia do evento, que reuniu 2 mil pessoas



JOBÉ CRUZ/ABR



# De voluntário a comunitário

**MARIA DE JESUS B. M. IANNARELLI**  
maria\_iannarelli@zipmail.com.br

*“Naquela manhã de sábado de julho de 1999, a vontade de ir foi maior que a de ficar dormindo em casa. Encontrei-me com a amiga em uma estação do metrô e de lá pegamos um ônibus. Ela, que já tinha me convidado tantas vezes para conhecer o trabalho comunitário daquele grupo, em uma região no extremo sul de São Paulo, juntamente com sua filha, ficou feliz com a minha companhia.*

*A distância era longa. Ao chegar naquele local simples, onde os trabalhadores, que eram tanto moradores da comunidade quanto vindos de longe, preparavam alimento e traziam mensagens de esperança para as pessoas, especialmente mulheres e crianças. Foi assim meu primeiro dia de trabalho comunitário.*

*Depois desse dia, me apaixonei pela proposta amparada na crença na possibilidade de transformação das pessoas e me vinculei ao grupo. Pouco tempo depois, meu marido passou a frequentá-lo também. De lá para cá, tenho desenvolvido atividades com as crianças no período da manhã, enquanto meu marido auxilia na cozinha, na preparação do alimento.*

*Acredito que o maior ganho nessa vivência é pessoal. Passei a ter um olhar mais pleno e*

A assistente social Maria de Jesus Iannarelli



solidário em relação às pessoas com quem convivemos, um sentido de cidadania mais amplo e entendimento mais completo das questões sociais e de suas diferenças.

### Mudanças

A cidade de São Paulo é tão grande, tão complexa e, por vezes, desumana. O contato com o grupo nos devolveu os sentimentos de compartilhar, dividir, agregar, aprender, tolerar, aceitar, respeitar, ouvir, ter compaixão e, principalmente, o sentimento de pertencimento que nos faz sentir parte do trabalho.

Prefiro usar o termo comunitário em vez de voluntário. Entendo que a atividade voluntária requer a vontade de conhecer, expressa na primeira frase deste texto. Ultrapassada essa etapa e existindo a sintonia de interesse na participação, aos poucos, o conceito se amplia para comunitário.

Acredito que, hoje, não somos nós os imprescindíveis ao trabalho. O trabalho é que é imprescindível

para nós, porque compartilhamos com um grupo de pessoas que acreditam na possibilidade de um mundo mais igualitário.

### Somar

Em 2002, devido a minha experiência profissional com dependência química, comecei a participar também de outro trabalho, em um instituto sem fins lucrativos que trata de alcoólicos e seus familiares. Passei a desenvolver o grupo informativo para familiares de alcoólicos, na maior parte atendidos na instituição. Foi uma forma de aliar o conhecimento teórico adquirido ao longo da minha carreira como profissional à atividade comunitária, procurando divulgar o conceito da doença familiar, que é o alcoolismo.

Minha vivência pode parecer, para alguns, paliativo, que não resolverá o problema crônico da pobreza, do abandono e da doença. Para as pessoas que atuam nessas instituições, como em tantas outras, são ações de recuperação da fé no ser

humano, no sentido de coletividade, na construção de um mundo mais solidário. Algumas ações são pontuais, outras coletivas. O conjunto delas tem poder de transformação.

Um sorriso e deslumbramento de uma criança, uma descoberta trazida por uma informação sobre uma doença são a esperança que faz a humanidade caminhar. É nisso que acredito: que só posso transformar a mim mesma, não tenho a pretensão de mudar o outro. E que, juntos, podemos transformar muita coisa.

Tudo isso me motiva a participar desses trabalhos comunitários, pois cresço e me transformo com eles. Sinto-me privilegiada de estar engajada nessas atividades.”

**Maria de Jesus B. M. Iannarelli.** Graduada em Serviço Social pela FMU com pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos. Atua há mais de 20 anos na área social e, atualmente, é coordenadora do programa A Gente na Rua.



### SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade Gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços Contábil, Fiscal, Trabalhista e Financeiro
- Auditoria e Validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e Auditoria Preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

**DESENVOLVEMOS, ANALISAMOS E IMPLEMENTAMOS SUA GESTÃO CONTÁBIL, QUER ELA TENHA FINS LUCRATIVOS OU SOCIAIS.**

São mais de três décadas de tradição que possibilitaram agregar valores como inovação, informação e agilidade à nossa conduta de trabalho e atendimento.

**Empresas que utilizam os serviços da SETECO:**  
**Fundação Abrinq**  
**Ass. Anália Franco**  
**Planet Finance Brasil (Ong)**  
**Anefac**

**www.seteco.com.br**  
**seteco@seteco.com.br**

**Rua Loefgreen, 1387 - Vila Mariana**  
**São Paulo - SP - CEP 04040-031**  
**Fone + 55 11 5908-6800**  
**Fax + 55 11 5908-6802**

# Visão legal do voluntariado empresarial



**A parceria com uma entidade que firme os termos de adesão com os funcionários voluntários eximirá o empregador dos riscos de acidentes de trabalho e horas extras**

**EDUARDO SZAZI**

eduardo@ssblaw.com.br

A atividade voluntária no Brasil tem crescido expressivamente nos últimos anos, fruto da combinação de diversos fatores, dentre os quais destacam-se: a incapacidade do poder público de reverter o desequilíbrio social do país; a maturidade cívica de parcela da população, que vem assumindo seu papel na solução dos problemas nacionais; a edição da lei 9.608/98, que regula o serviço voluntário; a maciça divulgação de campanhas; e, ainda, o engajamento de empresas na implantação de programas internos de voluntariado.

O voluntariado empresarial pode ser definido como o conjunto de ações do setor privado para incentivar seus funcionários a se engajar em atividades sociais na comunidade. Tais ações são variadas e podem consistir em cessão de espaço e recursos da companhia para o desenvolvimento de reuniões preparatórias e atividades voluntárias, dispensa de certo número de horas da jornada de trabalho para a atividade e a aproximação de funcionários e entidades interessadas em tal colaboração.

A participação da empresa no desenvolvimento do voluntariado merece todo apoio. Todavia, as ações empresariais não podem ser conduzidas sob uma ótica romântica, pois, estando inseridas em um espectro legal maior, devem a ele se ater, sob pena de correr riscos desnecessários.

## **Como evitar os riscos?**

A Lei do Voluntariado (9.608/98) foi concebida para a prestação gratuita de serviços por um indivíduo a uma entidade governamental ou sem fins lucrativos, regulada por um documento muito simples, o termo de adesão. Nele, além da identificação das partes, também se definem a atividade a ser desenvolvida, a duração, os resultados esperados e a condição de gratuidade.

A partir daí, entende-se que não existe trabalho voluntário para o próprio empregador, mesmo que ele seja uma entidade sem fins lucrativos. A proteção constitucional aos direitos do trabalhador impede que haja uma dupla relação jurídica, conduzindo não só à ineficácia de qualquer documento que


regule o trabalho voluntário entre empregado e empregador, como também ao acréscimo do tempo de trabalho voluntário na jornada de trabalho, como horas extras.

Outro aspecto relevante é o fato de que a lei não protege atividades voluntárias prestadas para comunidades não-organizadas. Assim, se uma empresa autoriza que seus funcionários desenvolvam tais atividades em seu estabelecimento, em qualquer horário, ou fora dele, durante o horário de trabalho, sem que haja uma entidade sem fins lucrativos parceira, assume os riscos decorrentes de acidentes de trabalho ou com terceiros e, conforme o caso, de horas extras.

Porém, a eliminação de tais riscos é simples. Se o trabalho vier a ser desenvolvido dentro da empresa, a parceria com uma entidade que firme os termos de adesão com os funcionários voluntários eximirá o empregador dos riscos de acidentes de trabalho e horas extras, bastando para isso que os controles de frequência dos empregados voluntários demonstrem sua saída do trabalho e que a empresa tenha cópias dos termos de adesão, principalmente se o trabalho voluntário vier a ser desenvolvido em horário normal da jornada de trabalho do empregado liberado.

E para os riscos com terceiros dentro de seu estabelecimento, a contratação de uma cobertura de responsabilidade civil no seguro das edificações da empresa é suficiente para neutralizá-los.

Já quando os trabalhos voluntários são prestados fora da empresa, em horário de expediente, a saída anotada no registro de frequência e o termo de adesão devem ser comprovados. Para aqueles fora da empresa e do expediente normal, o risco é insignificante, desde que o empregador não tenha, de qualquer forma, participado ativamente do engajamento de seu funcionário no trabalho para a entidade, de modo a evitar a alegação de vícios na vontade do empregado em participar em tais programas.

A eficiente gestão de tais riscos não só afastará perdas pecuniárias como assegurará o desenvolvimento da responsabilidade social da empresa e seus funcionários, com reconhecidos benefícios para a sociedade. 

**Eduardo Szazi.** Advogado especializado em responsabilidade social corporativa, sócio de Sofiatti Szazi Bechara Advogados e consultor jurídico e sócio emérito do Cife. É autor do livro *Terceiro Setor: Regulação no Brasil*, da Ed. Fundação Peirópolis.

# Balanço social

## da colcha de retalhos ao instrumento de gestão

FÁBIO ROCHA

damicos@terra.com.br

Dentro desta maravilhosa febre da responsabilidade social empresarial encontra-se um elemento em destaque: o balanço social. Só que, mais uma vez, as empresas – com algumas raras exceções – preocupam-se em apenas atender o pré-requisito de ter ou publicar um balanço das suas ações sociais. Não o entendem como instrumento de gestão ou ferramenta que possibilita o aperfeiçoamento do próprio programa de responsabilidade social.

Temos hoje no mercado um número razoável de balanços sociais publicados, se pensarmos no universo das grandes empresas, principalmente das regiões sudeste e sul. O que devemos nos perguntar é se realmente esses documentos são efetivamente balanços sociais.

Temos obras de arte, peças de marketing, relatório de atividades, documentos publicitários e jornalísticos, informativos de ações sociais realizadas pela empresa nas comunidades, mas raramente encontramos balanços sociais.

Balanços sociais são como instrumentos que configuram o levantamento de uma situação (impacto social das atividades da empresa), que representam a possibilidade de verificação ou resumo de determinadas ações (indicadores, credibilidade) ou o registro da empresa, em um dado momento, indicando as ações sociais, sua finalidade, a relação com o negócio da empresa e os recursos aplicados.

Outro grave problema é a falta de entendimento do conceito de responsabilidade social, gerando um balanço social restrito às ações sociais da empresa na comunidade (ações externas). Deixa de apresentar elementos importantes como o modelo de gestão do programa de responsabilidade social e as ações voltadas para os demais *stakeholders*.

Uma preocupação também relevante é evitar que o balanço social seja um mero relato de ações e programas, não demonstrando a forma de gestão e os canais de relacionamento da empresa com todos os públicos interessados ou partes envolvidas, além das possibilidades de avaliação destes relacionamentos e das possibilidades de melhoria. Basta lembrar que responsabilidade social é uma forma de gestão, e não apenas a realização de ações, projetos ou programas.

Imaginar que o balanço social é apenas um documento é outro grande problema. Na verdade, ele é um processo de diagnóstico, planejamento e avaliação do programa de responsabilidade social da empresa. O que faz diferença não é produzir e/ou publicar o balanço, mas, sim, a forma de construí-lo e utilizá-lo como instrumento de gestão.

A formação de um comitê de elaboração do balanço social, a capacitação deste comitê, a sistematização das origens dos dados, encontro com os *stakeholders*, a precisão dos indicadores e a execução de um plano de comunicação são também elementos que tornam essa ferramenta mais consistente e sólida.

O balanço social deve ser visto como um documento de prestação de contas ao mercado e à sociedade, que transmite credibilidade, clareza e consistência, lembrando sempre que o princípio básico não é que todos leiam as minúcias do documento, mas que cada público encontre as informações que possam melhorar o relacionamento com a empresa.

Portanto, o verdadeiro balanço social não deve ser uma colcha de retalhos. É uma possibilidade de diálogo, uma diretriz, uma memória estatística, um instrumento de gestão. Deve-se ressaltar ainda que poderemos ter em breve a obrigatoriedade dessa publicação no Brasil, o que já acontece em países como a França (desde 1977), Alemanha, Holanda, Bélgica, Espanha, Inglaterra e Portugal.

Enfim, fazer e publicar o balanço social é mudar a visão tradicional de gestão de negócios para uma visão em que a empresa entende que lucro e responsabilidade social andam juntos, preocupando-se com a satisfação de sua força de trabalho e com o ambiente externo.

O mercado será o grande auditor das empresas. Assim, as empresas devem se capacitar a fim de garantir a construção de um balanço social que atenda aos conceitos mais modernos e esteja à altura do peso de suas ações sociais internas e externas.

Fábio Rocha. Sócio-diretor da Damicos Consultoria e Negócios.



BENJAMIN FARWICKER

ASSISTENCIAL

# Apae Teresina abre as portas e mostra eficiência

*Entidade trabalha contra as estatísticas e promove a transformação pessoal dos portadores de deficiência*

FELIPE MELLO

programa@cantocidadao.org.br

Atividades de fisioterapia integram a lista de serviços oferecidos pela entidade



DIVULGAÇÃO

O Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou a seguinte informação: 14,5% da população brasileira tem algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com pelo menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se, com deficiência física ou mental. Traduzindo a porcentagem, o resultado chega a aproximadamente 24,6 milhões de pessoas.

No mês de setembro deste ano, os diretores da ONG Canto Cidadão, Felipe Mello e Roberto Ravagnani, estiveram em Teresina, capital do Piauí, e conheceram de perto o trabalho desenvolvido pela unidade local de uma das mais famosas instituições da área. Entre muitos eventos, a expedição de cidadania visitou a Apae da cidade, que existe desde 1968, quando foi fundada por iniciativa do professor João Porfírio de Lima Cordão e de sua esposa, a também professora Maria do Socorro de Sá Lima.

A diretora da entidade, Dolores Bomfim, conta que João e Maria foram pais de uma criança portadora de deficiências mental profunda, visual, auditiva, muda, cardiopática e com raquitismo patológico acentuado. Motivos potencialmente causadores de rancor, mas que foram revertidos em uma obra de altruísmo que sobrevive até hoje.

O estudo do IBGE reserva ao Piauí uma estatística mais elevada do que a média, no que se refere à parcela da população portadora de algum tipo de deficiência. No estado, essa parcela corresponde a 17,6%. Número bastante significativo: 20% acima da média nacional e quase 80% acima da estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), de que aproximadamente 10% de qualquer população é portadora de algum tipo de deficiência.

Demanda suficiente para contar com a atenção e o empenho de uma equipe

grande de profissionais. Segundo Dolores Bomfim, “atualmente a Apae Teresina possui 354 alunos de 0 a 14 anos, que estudam, adquirem cultura, praticam lazer e esporte”. A organização ainda oferece reabilitação, tratamento, estimulação precoce, iniciação profissional, apoio à família e assistência médica e odontológica.

## Transformando a realidade

Entre tantos aspectos que chamam a atenção no local, destaca-se o desenvolvimento de ações que visam a inclusão social do público atendido. E na Apae Teresina essa preocupação é evidente pela atenção dada às questões de escolaridade, introdução à literatura e informática. Dolores conta que a entidade possui um laboratório com computadores de boa qualidade para aulas práticas e educativas, que são ferramentas importantes para a construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades motoras e cognitivas.

O investimento na preparação de crianças e jovens faz muito sentido, uma vez que 32,9% da população sem instrução ou com menos de três anos de estudo possui alguma deficiência. As proporções de portadores de deficiência caem quando aumenta o nível de instrução, chegando a 10% de portadores de deficiência entre as pessoas com mais de 11 anos de estudo.

O reflexo se dá na dificuldade de entrada no mercado de trabalho, especialmente para os portadores de deficiência mental: somente 19,3% das pessoas que declararam apresentar deficiência mental permanente estão ocupadas. As outras incapacidades permitem uma inserção maior no mercado de trabalho: incapacidade física ou motora tem 24,1%, dificuldade na audição, 34%, e dificuldade para enxergar, 40,8%. Para



Acompanhamento educacional

quem não apresenta nenhuma dessas deficiências, a proporção de pessoas ocupadas sobe para 49,9%.

É importante esclarecer que a pessoa portadora de deficiência é aquela que se diferencia do nível médio dos indivíduos em relação a uma ou várias características físicas, mentais ou sensoriais, de forma a exigir atendimento especial com referência a sua educação, desenvolvimento, integração e inclusão social. Dispensável explicitar que também no atendimento a essa parcela da população o poder público, em todas as esferas, deixa muito a desejar. Em quantidade e em qualidade.

O resultado, pela visão negativa, é o sofrimento de um contingente enorme. “Olhando o copo meio cheio”, a omissão e incompetência do Estado intimam e motivam a sociedade civil a se organizar, contribuindo para o equilíbrio social e exercitando a cidadania. “A dedicação à causa da Apae é resultado de uma necessidade evidente, uma vez que 50% dos portadores de deficiência no Brasil são deficientes mentais, de acordo com a Federação Nacional das Apaes”, relata a diretora da unidade.

### Enfrentando desafios

O desafio é ampliado ao passo que fica nítido o misto de preconceito, desinformação e desinteresse de uma grande parte da população, assim como de empresas que contribuem com projetos de responsabilidade social. Basta verificar os relatórios de investimento na área e comprovar que a maioria esmagadora dos recursos vai para projetos de educação de crianças normais.

E para manter e desenvolver seus trabalhos, a Apae Teresina recorre a diversas fontes, tais como convênios com o Ministério da Assistência Social, a Secretaria Estadual

da Educação/PI, a Secretaria Estadual de Saúde/PI, a Fundação Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal de Teresina. Esses parceiros participam por intermédio de convênios (pagamento por atendimento realizado), recurso para merenda escolar, contratação de professores, realização de teste do pezinho e cessão de dentistas e médicos.

Além das parcerias com órgãos públicos, a organização também realiza eventos como uma tradicional feijoada. “É a melhor do Piauí. São centenas e centenas de pessoas que compram a camiseta (ingresso) e vem saborear nosso prato principal. E o melhor, a sobremesa é a certeza da continuidade dos nossos projetos”, informa Dolores.


Ainda são realizados bingos e bazares com brinquedos e outros produtos doados pela Receita Federal – de acordo com a lei que permite que itens apreendidos sejam doados a organizações sociais sem fins lucrativos devidamente registradas. Outra ação da Apae nacionalmente conhecida é a venda de cartões de Natal e o sorteio de brindes mais expressivos, como automóveis. São eventos encabeçados pela direção central da entidade e que conta com a participação das unidades espalhadas por todo o país.

### Atuação

A instituição atende a população com diversos graus de deficiência, além de trabalhar paralelamente na prevenção, especialmente pela realização do “teste do pezinho” – cujo objetivo é detectar precocemente erros inatos do metabolismo, responsáveis por diversas doenças que podem causar lesões irreversíveis (retardo mental).

A visita revelou dois pontos fundamentais para a melhoria do dia-a-dia da Apae Teresina: captação e manutenção de voluntários e comunicação externa. Atualmente, são apenas

quatro voluntários com dedicação regular. Além disso, a organização, repleta de boas notícias para compartilhar e solicitações a fazer, ainda não possui uma página na rede mundial de informações.

Sem dúvida alguma são deficiências que podem ser brevemente reparadas, para que a Apae Teresina invista cada vez com mais qualidade o seu tempo, competência e carinho na melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiências atendidos por ela. 

### NÚMEROS DA APAE TERESINA

**1968** é o ano de fundação da entidade

**354** alunos de 0 a 14 anos atendidos

**17,6%** da população do Piauí é portadora de deficiência



### Apae Teresina

Rua Des. José Messias, 1.158 – Piçarra  
CEP 64014-300 – Teresina/PI

@ apae-pi@bol.com.br

(86) 222-7925

**Felipe Mello.** Radialista, palestrante e diretor da organização não-governamental Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

## Assistência social deve ser política de Estado

À frente de uma das secretarias ministeriais mais cobradas dentro da administração pública, justamente por tratar de questões sociais, o secretário nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Osvaldo Russo, está muito otimista em relação à regulamentação do artigo 3º da Orgânica de Assistência Social (Loas). Ele enalteceu os encontros municipais e estaduais realizados durante o ano para discutir os parâmetros dessas mudanças na legislação.

A seguir, Russo faz balanço desse trabalho, que culminou com a 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no início de dezembro, e projeta mais facilidades na atuação conjunta do poder público e da sociedade civil organizada, a

partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

**Filantropia:** *Que balanço o senhor faz do debate nacional sobre o artigo 3º da Loas e que avanços a regulamentação dele trará para a assistência social no país?*

**Osvaldo Russo:** Em abril deste ano, o Conselho Nacional de Assistência Social instituiu um Grupo de Trabalho – com a participação paritária da sociedade civil e do governo – que estabeleceu um cronograma de discussão sobre o artigo 3º da Loas. O Conselho recebeu 14 propostas para apresentação no debate nacional, que aconteceu em outubro, na Câmara dos Deputados. Foi um encontro produtivo e esclarecedor com a participação expressiva do governo e de segmentos da sociedade civil.



# Sergio Monello

## Escritório Contábil Dom Bosco

- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º Setor
- ▶ Assessoria fiscal, previdenciária e trabalhista
- ▶ Assessoria na Obtenção e gerenciamento das Certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**40 anos**  
de exclusivo  
compromisso  
com as  
entidades  
do 3º setor

(11) 3872-1195

[www.sergiomonello.com.br](http://www.sergiomonello.com.br)

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar Perdizes - São Paulo/SP CEP 01150-001



A regulamentação do artigo 3º da Loas permitirá maior segurança e clareza na gestão das políticas públicas, e essa discussão acontece em um momento importante, que é o da implantação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Tenho certeza que chegaremos a um consenso e estabeleceremos parâmetros para melhor precisar a assistência social como política pública.

**Filantropia: Como está a implantação do Sistema Único de Assistência Social?**

**OR:** O Suas é um marco histórico, assim como foi, em 1993, a promulgação da Loas. É inegável o avanço alcançado na reorganização do setor, alterando radicalmente o modelo de gestão e a forma de financiamento dos programas, serviços e benefícios sociais, no sentido de obter maior eficácia na atenção integral ao público-alvo da política de assistência social. O governo atual está mudando a trajetória da assistência social, rompendo com a lógica injusta e perversa do assistencialismo, do favorecimento e da improvisação.

Com todo o respeito àqueles que, no passado, ficaram à frente da gestão federal do setor, mas os governos anteriores não foram capazes de fazer a necessária ruptura com o passado clientelista. O governo Lula, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, está fazendo um trabalho

calçado no diálogo, na firmeza e no compromisso republicano.

**Filantropia: Como o senhor avalia o trabalho desenvolvido pelo CNAS?**

**OR:** O Conselho Nacional de Assistência Social foi inovador e exemplar, tanto por seus conselheiros governamentais como os não governamentais, harmonizando objetivos no interesse público da assistência social em todo o país.

A presidente Márcia Pinheiro, com a colaboração de todo o Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais e Municipais, desenvolveu uma construção coletiva e participativa do setor, como nunca antes no Brasil. Agora, com a implantação do Suas, vamos fazer avançar a política de assistência social – garantidora de direitos, pública e de qualidade.


**Filantropia: Qual a importância da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social?**

**OR:** O evento foi a oportunidade para os delegados eleitos – governamentais e não-governamentais – debaterem propostas e os novos rumos da assistência social no Brasil, a partir da implantação do Suas. Nosso desafio será avançar na questão, de modo que a assistência social, juntamente com as demais políticas, contribua para que o Brasil supere

a pobreza, as desigualdades e a violação de direitos. A meta é construir um novo país, afirmando a assistência social como política de Estado.

Precisamos, portanto, manter esse compromisso para os próximos anos e não ceder à tentação do oportunismo e da demagogia, com difusão de metas inalcançáveis no curto ou médio prazo. Trabalharemos para garantir – progressivamente em 10 anos – a universalização da proteção social básica, de modo que todas as pessoas que dela necessitam possam ter acesso aos serviços ofertados pelos Centros de Referência da Assistência Social e por outros equipamentos públicos.

**Filantropia: Como a unificação dos programas sociais, inclusive com a participação das entidades assistenciais, colaborará para a expansão desses benefícios às pessoas carentes?**

**OR:** A assistência social tem uma característica peculiar, constituída pela participação histórica de entidades civis, tanto no atendimento como na defesa de direitos. Em função disso, podem alavancar, nesse novo formato da política de assistência social, parcerias públicas continuadas e sustentáveis à expansão do sistema com a qualidade necessária, dentro da lógica de gestão e financiamento do Suas. 

**A regulamentação do artigo 3º da Loas permitirá maior segurança e clareza na gestão das políticas públicas**



# Gerenciamento de projetos em organizações do Terceiro Setor

*Os processos e as metodologias a serem seguidos para a obtenção de sucesso na gestão de projetos sociais*

CARLOS MAGNO DA SILVA XAVIER  
magno@beware.com.br

As organizações não-governamentais sem fins lucrativos vêm tomando espaço cada vez maior na sociedade, contribuindo para o seu aprimoramento e executando as tarefas em que os outros dois setores – governo e entidades com fins lucrativos – não apresentam resultados sociais efetivos. A maioria das iniciativas do Terceiro Setor é implementada sob a forma de projetos, sendo necessário otimizar seus processos de gerenciamento em razão da:

- Crescente exigência das organizações patrocinadoras por propostas e prestações de contas consistentes e melhores resultados dos projetos.
- Limitação dos recursos disponíveis para financiamento.
- Permanente necessidade de otimizar a utilização dos recursos físicos e financeiros alocados aos projetos.

## Conhecendo o setor

A elaboração de propostas de projetos e o acompanhamento posterior dos mesmos ainda prescindem de sistematização. Conteúdos e fases dos projetos devem apresentar um encadeamento de ações que levem aos resultados esperados pelas organizações e também pelos patrocinadores. Além disso, as organizações do Terceiro Setor passaram a enfrentar forte concorrência interna pela obtenção de recursos.

Outro fato importante a considerar é a inexistência de consenso acerca de quais ferramentas e métodos seriam os mais apropriados para o sucesso dos projetos executados por essas organizações.

## Pesquisa de maturidade

O Project Management Institute (PMI) é uma organização internacional sem fins lucrativos reconhecida mundialmente como referência na área de gestão de projetos. Durante reuniões de voluntários da seção regional do PMI do Rio de Janeiro surgiu, em agosto de 2003, o Grupo PMI-Rio no Terceiro Setor, que atua na adaptação e disseminação de boas práticas de gerenciamento de projetos sociais.

A fim de obter as informações necessárias para a adaptação das práticas em gerenciamento de projetos ao Terceiro Setor, o grupo realizou uma pesquisa organizacional com entidades ligadas à Abong que atuam nas áreas de assistência social, desenvolvimento socioeconômico, meio ambiente, caridade e financiamentos na área social.

Entre os resultados mais relevantes podemos citar a tendência das organizações em optar pela condução de suas iniciativas sob a forma de projetos, justificando o desenvolvimento e a adaptação das práticas de gestão para o segmento. A quantidade de projetos executados simultaneamente pelas organizações sugere a adoção de técnicas que agilizem o processo de gerenciamento e contribuam para a obtenção dos resultados esperados.

A pesquisa também indicou que 57% das organizações utilizam algum tipo de metodologia para acompanhar a execução dos projetos (figura 1). Porém, quando perguntados se elaboravam cronogramas, somente 43% responderam que sempre utilizavam (figura 2). Em outra questão, somente 17% dos pesquisados afirmaram que usam algum

## A quantidade de projetos executados simultaneamente pelas organizações sugere a adoção de técnicas que agilizem o processo de gerenciamento e contribuam para a obtenção dos resultados esperados

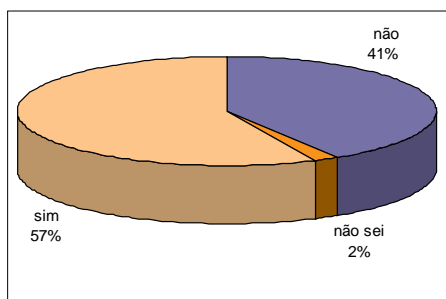


Figura 1

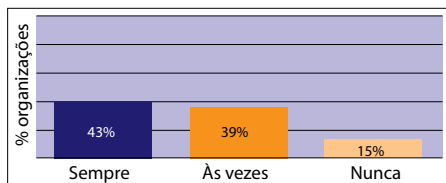


Figura 2

software de gerenciamento de projetos; 78% responderam não e 4% disseram que estava em fase de implementação. Também foi detectado que 85% das entidades estão abertas ao desenvolvimento de melhores práticas na área de gerência de projeto.

### Metodologia de gestão

Todos esses dados sugerem que o uso de instrumentos técnicos, tanto na fase de elaboração das propostas como na fase de

execução das atividades, poderá contribuir para a diminuição dos riscos relacionados aos resultados esperados. As informações permitiram ao PMI RJ identificar a oportunidade de desenvolver uma série de ações que aprimorassem a prática atual de gerenciamento de projetos.

O grupo elaborou uma proposta de roteiro com métodos e procedimentos derivados do PMBOK<sup>1</sup>, que atendessem não só às peculiaridades dos projetos, mas também ao linguajar adotado pelo setor social. A metodologia se baseia no ciclo de vida de um projeto no setor social (figura 3) e foi aplicada em cinco turmas gratuitas de capacitação, realizadas em 2004 e 2005, que estavam

em fase de atualização para publicação no próximo ano. Cerca de 110 organizações participaram dos treinamentos.

Outro produto que também foi desenvolvido pelo Grupo PMI-Rio no Terceiro Setor foi uma cartilha, de forma a facilitar a divulgação dos conceitos a serem empregados no gerenciamento de projetos.

É necessário que os parceiros das organizações sociais – patrocinadores, apoiadores e financiadores – também conheçam as particularidades da gestão de projetos para que saibam o que exigir nas propostas de projetos que lhes são apresentadas.

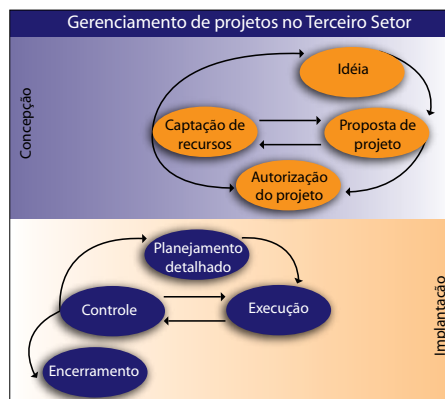


Figura 3

**Carlos Magno da Silva Xavier.** Mestre em Sistemas e Computação pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), sócio-diretor da Beware Consultoria Empresarial S/C Ltda e líder do Grupo PMI-Rio no Terceiro Setor, professor do MBA em Gerência de Projetos da FGV e tem mais de 15 anos experiência como consultor, sendo autor de vários livros na área.

### Grupo PMI-Rio no Terceiro Setor

@ grupo.terceirossetor@pmirio.org.br  
www.pmirio.org.br

<sup>1</sup> UM GUIA DO CONJUNTO DE CONHECIMENTOS DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS – TRADUÇÃO OFICIAL PARA O PORTUGUÊS DE PMBOK [PROJECT MANAGEMENT BODY OF KNOWLEDGE] GUIDE – PMI, 2004.

# Responsabilidade Social Empresarial



- Implantação de políticas e práticas de cidadania corporativa e responsabilidade social;
- Estruturação da área de investimento social privado;
- Planejamento, desenvolvimento e avaliação de projetos sociais;
- Elaboração de balanços sociais e relatórios de sustentabilidade;
- Assessoria para a obtenção de certificações de responsabilidade socioambiental;
- Aplicação de indicadores de desempenho;
- Palestras e cursos *in company* ;
- Comunicação.

**Instituto Parceiros da Vida, há cinco anos maximizando a responsabilidade social de sua empresa.**

# Planejamento da captação de recursos

*Reconhecer possíveis doadores e fazer um plano de ações são as regras deste jogo, que além de motivação requer profissionalismo dos envolvidos*

ANDREA GOLDSCHMIDT  
andrea@apoenasocial.com.br

**C**aptador de recursos é a pessoa certa, que solicita a quantia exata, no momento adequado, ao potencial doador, para cada uma das causas ou ações que a entidade desenvolve. Pode parecer um pouco difícil conjugar adequadamente todas as variáveis, mas essa é, sem dúvida, a fórmula do sucesso de qualquer plano de mobilização de capital.

Sair sem rumo para apresentar a proposta da organização a todo e qualquer potencial doador, como muitos ainda fazem, além de ser bastante oneroso, tende a ser extremamente desgastante. A falta de planejamento adequado resulta em abordagens sem resultado, desmotivando o captador e todas as pessoas diretamente relacionadas à entidade.

É preciso, portanto, selecionar melhor os potenciais doadores e apresentar a eles propostas mais adequadas às suas expectativas. Agindo assim, pode-se abordar um número muito menor de pessoas e empresas com resultados significativamente melhores.

## **Qual é o potencial doador correto?**

A resposta é: deve-se pesquisar. A mobilização de capital é uma atividade muito similar à venda, e qualquer bom vendedor sabe que é muito difícil vender algo que o cliente não necessita. Por isso, todo vendedor procura identificar grupos de consumidores que necessitem do produto que tem a oferecer, aumentando as chances de sucesso.

Com captação de recursos é a mesma situação. É preciso haver sinergia entre os interesses do doador e o serviço prestado pela organização que solicita os recursos. Talvez seja mais difícil captar recursos que vender um produto, já que na área social o doador dos recursos e o beneficiário dos serviços prestados pela organização são, em geral, pessoas diferentes.

No caso, deve-se convencer o potencial doador a investir em uma ação que beneficiará terceiros. A tarefa é encontrar doadores que se preocupem com a causa, que estejam dispostos a investir em ações que trarão mais benefícios diretos para terceiros que para ele mesmo. A partir dessa pesquisa, monta-se um banco de dados de potenciais doadores com os quais irá se relacionar.

Grande parte das empresas, fundações e órgãos financiadores do Terceiro Setor tem interesse em doar a causas ou ações específicas e pré-determinadas, o que facilita, e muito, o trabalho. Por meio de pesquisas na internet, de observação do comportamento de doadores, de informações em jornais, revistas ou de troca de informações com outros captadores, é razoavelmente fácil identificar as áreas de interesse para doação de vários potenciais investidores.

Se for um projeto de educação, por exemplo, de nada adianta apresentá-lo a uma instituição que historicamente só investe em ações de saúde. É preciso ter foco. Enviar menos projetos, mas para os financiadores corretos.

## **Quando enviar?**

Muitas instituições financiadoras têm prazos para recebimento de projetos que precisam ser respeitados. No caso de empresas, é comum que a doação só aconteça se estiver prevista no orçamento do exercício seguinte.

Observar os prazos é fator determinante para o sucesso da captação, e a montagem de um cronograma de abordagens pode ajudar muito nesse sentido. Quando se conhecem as datas em que os projetos devem ser encaminhados, organizar os envios para que sejam feitos sempre dentro do prazo é muito mais fácil.



## A falta de planejamento adequado resulta em abordagens sem resultado, desmotivando o captador e todas as pessoas diretamente relacionadas à entidade

### Quanto pedir?

A quantia solicitada precisa ser adequada às necessidades e ao potencial de doação do futuro parceiro. Pedir um valor muito alto a um investidor que só poderia doar uma quantia pequena pode desmotivá-lo, já que a sua doação não contribuiria muito com a solução do problema.

No outro extremo, ao pedir uma quantia baixa a quem poderia doar um valor significativamente maior é possível que se perca uma boa oportunidade de conseguir mais recursos e, em alguns casos, até não receber a doação – muitos doadores não gostam de doar quantias muito pequenas porque isso dificulta seu trabalho de controle e monitoramento dos projetos apoiados.

### Como requerer a doação?


Igualmente importante é decidir como será feita a abordagem, mais especificamente

quem deve apresentar a proposta para cada potencial doador identificado.

Nem sempre o captador de recursos é a pessoa mais adequada para fazer a apresentação. De maneira geral, quanto mais pessoal for o contato, melhor. Por isso, buscar dentro da organização – entre funcionários, voluntários e simpatizantes – pessoas que conheçam o futuro parceiro é uma forma mais eficiente de iniciar o trabalho.

Se a pessoa não puder participar da apresentação, talvez ela possa abrir portas, enviando uma mensagem ou entrando em contato com o potencial doador, para dizer que apóia o trabalho da entidade e que gostaria de enviar um representante para apresentar a proposta de parceria. Como os doadores recebem um número grande de propostas, muitas vezes é importante para eles terem uma referência pessoal que os ajude a decidir por um ou outro projeto.

Mesmo quando não há uma indicação direta, é preciso seguir algumas regras de etiqueta: ao ser recebido pelo presidente da empresa patrocinadora, é importante que o dirigente da organização solicitante também esteja presente. O doador pode se sentir desprestigiado caso o captador não tome esse cuidado.

Planejar todas as atividades é bastante trabalhoso, mas aumenta significamente a eficiência da captação, diminuindo custos e motivando todos os envolvidos com a obtenção de resultados mais rápidos. Por isso, sem dúvida, vale a pena investir algum tempo nas etapas de planejamento, antes de sair buscando recursos sem rumo certo. 

**Andrea Goldschmidt.** Administradora de empresas com especialização em Marketing pela FGV, é consultora na Apoena Empreendimentos Sociais.

## Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.



Soluções Inteligentes na  
Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo • SP • Brasil  
Fone: +55 11 5081-9800 / Fax +55 11 5081-9804 • [www.asplan.com.br](http://www.asplan.com.br) • [comercial.sp@asplan.com.br](mailto:comercial.sp@asplan.com.br)

Organizações que utilizam Asplan:

Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bial • Instituto HP • Fundação Diaconia

## Livros

### Terceiro setor e gênero – Trajetórias e perspectivas

Nesta obra (125 págs., R\$ 23), Maria Izilda S. de Matos focaliza o debate da cidadania a partir da situação da mulher na família e na sociedade contemporâneas, trazendo à tona a questão de gênero dentro do universo do Terceiro Setor. Co-edição da Editora Cultura Acadêmica e Instituto Mackenzie.

(11) 3242-7171



### Como elaborar projetos?

O livro (96 págs., R\$ 18), de Domingos Armani, responde a uma necessidade real das organizações sociais. Mostra como projetos sociais bem elaborados podem aumentar as chances de êxito de uma intervenção social. Parceria entre a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (Amencar) e a Tomo Editorial.

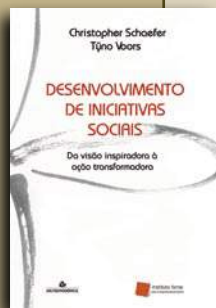
www.tomoeditorial.com.br  
tomo@tomoeditorial.com.br  
(51) 3227-1021



### Desenvolvimento de iniciativas sociais

Elaborado por Christopher Schoefer e Tjyno Voors, a obra (258 págs., R\$ 44) apresenta-se como um manual para quem está envolvido na concretização de idéias e iniciativas para uma vida socioeconômica mais saudável. A publicação é parceria do Instituto Fonte com a Editora Antroposófica e acaba de entrar na segunda edição.

www.antroposofica.com.br  
0800-154550



### Mundo sustentável

O jornalista André Trigueiro reuniu na coletânea (304 págs., R\$ 38) artigos, entrevistas e comentários feitos por ele na Rádio CBN, no canal Globo News, no jornal O Globo e no site Ecopop. Destaque para temas ligados à sustentabilidade do planeta, como aquecimento global, água, biodiversidade, consumo irracional dos recursos naturais, lixo e energia. Lançado pela Editora Globo, 100% dos direitos autorais da obra serão destinados ao Centro de Valorização da Vida (CVV).

www.mundosustentavel.com.br  
andretrig@globo.com



### Treinamento para PPDs

A Associação Desportiva para Deficientes (ADD) criou o Programa ADD Training, voltado para a capacitação e reintegração de pessoas portadoras de deficiência. Os cursos são na área de informática básica, patrocinada pela Eurofarma e a ADP, e de telemarketing, com patrocínio da Avaya e Atento. As aulas são realizadas na própria sede da associação, em São Paulo. Os programas também podem ser desenvolvidos em parceria com empresa.

www.add.org.br  
add@add.org.br  
(11) 5052-9944

### Deficientes visuais têm nova tecnologia celular

A Laratec, divisão de tecnologia da Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual (Laramara), apresenta o software Talks, compatível com muitos aparelhos celulares disponíveis no mercado. O conversor de voz permite total acesso aos recursos de telefonia celular, como identificador e registro de ligação, agenda, internet, gravador digital, tocador de MP3, transferência de arquivos e até GPS (Global Positioning System). Além disso, a nova tecnologia reduz drasticamente os custos com os serviços.

www.laramara.org.br  
laramara@laramara.org.br  
(11) 3660-6400

### Pulseira amarela contra leucemia

A Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia (Abrale) coloca à venda o bracelete amarelo de combate ao linfoma e leucemia. O objetivo é divulgar as patologias e a importância do diagnóstico precoce para o sucesso do tratamento, além de arrecadar verbas para os projetos da associação. A pulseira feita de silicone atóxico, com a inscrição *Investimos na vida*, está disponível para venda na Loja Virtual Abrale.

www.abrale.org.br



A modelo Isabella Fiorentino participa da divulgação da pulseira

### Inscrições abertas

**Prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente:** incentiva projetos de ecossistemas de negócios na Amazônia. Inscrições até 31 de janeiro de 2006.

www.bancoamazonia.com.br

**Prêmio Criança 2006:** criado pela Fundação Abrinq para contemplar iniciativas voltadas à promoção e defesa dos direitos de crianças. Inscrições até 28 de fevereiro de 2006.

www.fundabrinq.org.br

**Prêmio Instituto Unibanco de Educação de Jovens e Adultos:** o Instituto Unibanco, em parceria com a Alfabetização Solidária, premia pesquisadores com atuação focada em educação. Inscrições até 3 março de 2006.

www.institutounibanco.org.br

**Programa Petrobras Cultural:** aberta a seleção pública de projetos culturais para patrocínios em 2006. Inscrições com datas diferentes para cada área.

www.petrobras.com.br

**International Fellows in Philanthropy Program:** o programa de bolsas do Johns Hopkins Institute for Policy Studies, Center for Civil Society Studies, de Baltimore (EUA), seleciona profissionais de ONGs de fora dos Estados Unidos para treinamento na instituição. Inscrições até 25 de fevereiro de 2006.

www.jhu.edu/~philfellow

## Guia de voluntariado

O Centro de Voluntariado de São Paulo lança o guia *Voluntariado Empresarial – Aspectos Jurídicos*, disponível para *download* gratuito em seu site. O objetivo é auxiliar empresas na implantação e gerenciamento de programas de voluntariado. Sob forma de perguntas e respostas, a cartilha explica o que é ser voluntário, quais as formas de atuação e os aspectos jurídicos do voluntariado empresarial.

 [www.voluntariado.org.br](http://www.voluntariado.org.br)

## União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes)

Entidade judaica que tem por finalidade a promoção social da criança e do adolescente, resgatando sua plena integração social e os valores de cidadania.

 [www.unibes.org.br](http://www.unibes.org.br)  
 [contato@unibes.org.br](mailto:contato@unibes.org.br)  
 (11) 3311-7300

## Vitrine social

Camisetas criadas e confeccionadas pela grife UMA by Raquel Davidowicz  
Tamanhos infantis e adultos  
**R\$ 25**



Chaveiro fabricado pelo Grupo Avodá, do projeto de geração de renda da entidade  
Vários tamanhos e modelos  
**R\$ 14**



## Missão Ramacrisna

O objetivo da organização é oferecer soluções em educação e profissionalização a pessoas de baixa renda, contribuindo para o crescimento do indivíduo e da comunidade.

 [www.ramacrisna.org.br](http://www.ramacrisna.org.br)  
 [missao@ramacrisna.org.br](mailto:missao@ramacrisna.org.br)  
 (31) 3596-2828

Jogo americano confeccionado em fio de algodão  
49 x 34 cm  
**R\$ 7**



Suplá quadrado confeccionado em jornal  
39 x 39 cm  
**R\$ 8**

## Sites

### Captação de recursos pela internet

Lançado em novembro deste ano, o Portal Social é uma plataforma de relacionamento via *web* com a finalidade de mobilizar pessoas e empresas para apoiar organizações sociais. O site é uma iniciativa da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS) e do Instituto Nestor de Paula (INP), com apoio técnico do clicRBS.

 [www.portalsocial.org.br](http://www.portalsocial.org.br)



### Doação de árvores


O *clickarvore* – parceria entre a Fundação SOS Mata Atlântica, o Instituto Ambiental Vidágua e o Grupo Abril – é um programa de reflorestamento com espécies nativas da Mata Atlântica pela internet. Cada *click* corresponde ao plantio de uma árvore, custeado por empresas patrocinadoras e pela própria sociedade civil, por meio de uma ferramenta de *e-commerce*.

 [www.clickarvore.com.br](http://www.clickarvore.com.br)



### Em defesa dos direitos da população


O site Guia de Direitos faz parte do Projeto NEV-Cidadão, realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). A proposta é reunir informações sobre equipamentos públicos, serviços e programas geridos pelo governo ou por ONGs, gratuitos ou de baixo custo, nas áreas de educação, saúde, trabalho, renda, cultura, lazer, segurança, justiça e cidadania.

 [www.guadedireitos.org](http://www.guadedireitos.org)



### Mobilização contra a pedofilia

O *HotLine-BR* é um projeto desenvolvido pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan/Cedeca (Cedeca-BA) e financiado pelo Fundo do Canadá. É o primeiro canal brasileiro de denúncias de pornografia infantil na internet, construído segundo normas internacionais.

 [www.denuncie.org.br](http://www.denuncie.org.br)

